PROVEITOS E GANHOS

(Em euros)

Código das contas		Notas	2006	2005
71	Vendas prestações de serviços	8.2.35	166,73	182,22
72	Impostos e taxas	8.2.35	18 701 145,12	18 351 048,90
73	Proveitos suplementares		59 665,83	22 481,30
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		–	–
	(*B*)		18 760 977,68	18 373 712,42
78	Proveitos e ganhos financeiros	8.2.37	944 734,10	640 975,17
	(*D*)		19 705 711,78	19 014 687,59
79	Proveitos e ganhos extraordinários	8.2.31/38	916 617,53	516 375,81
	(*F*)		20 622 329,31	19 531 063,40
Resultados operacionais: (*B*)–(*A*) =			2 511 945,42	2 906 659,08
Resultados financeiros: (*D*–*B*)–(*C*–*A*) =			722 524,93	611 822,46
Resultados correntes: (*D*)–(*C*) =			3 234 470,35	3 518 481,54
Resultado líquido do exercício: (*F*)–(*E*) =			3 925 051,20	3 904 948,75

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2007. — O Conselho Directivo: *Carlos Tavares — Amadeu Ferreira — Maria dos Anjos Capote — Rui Ambrósio Tribolet — Rui Pedras*. — A Directora-Adjunta do Departamento Administrativo Financeiro e Recursos Humanos, *Ana Bela de Sousa Alves*.

Parecer da comissão de fiscalização

1 — Nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 17.º do Estatuto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 473/99, de 8 de Novembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2000, de 25 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 183/2003, de 19 de Agosto, e de acordo com o seu regulamento interno, compete à comissão de fiscalização apreciar e emitir parecer sobre o relatório de actividades e sobre as contas anuais da CMVM, depois de apreciados pelo revisor oficial de contas (ROC).

2 — Em 15 de Março de 2007 o conselho directivo da CMVM apresentou à comissão de fiscalização o relatório de actividades e as contas respeitantes ao exercício de 2006.

3 — Esta comissão de fiscalização foi nomeada pelo despacho do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças n.º 9265/2006, de 3 de Abril de 2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 81, de 26 de Abril de 2006, e acompanhou desde essa data a actividade da CMVM, quer através de informação e esclarecimentos recebidos do conselho directivo, quer pela leitura das actas das suas reuniões, quer ainda através da análise dos mapas das contas mensais e de reuniões havidas com os responsáveis por algumas das principais áreas funcionais. Foi também analisada a informação documental, contabilística e de gestão, disponibilizada pelos serviços.

4 — No âmbito das suas funções a comissão de fiscalização:

a) Procedeu trimestralmente à análise da execução orçamental tendo emitido os respectivos relatórios;
b) Deu parecer sobre propostas de alteração ao orçamento da CMVM;
c) A pedido do conselho directivo, deu parecer sobre o regime de aquisição de bens e serviços pela CMVM;
d) Verificou mensalmente a situação financeira e económica da CMVM, bem como a existência e relevação contabilística dos seus activos e passivos, em particular quanto à adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados, que se encontram suficientemente expressos no anexo às contas;
e) Não tomou conhecimento de quaisquer irregularidades.

5 — Tendo apreciado o relatório da conselho directivo sobre a actividade desenvolvida no ano de 2006, nomeadamente quanto à sua conformidade com as contas do exercício, a comissão de fiscalização considera que o documento evidencia de forma clara o desempenho da entidade.

6 — A comissão de fiscalização analisou as demonstrações financeiras (balanço, demonstração dos resultados por naturezas, anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, e demonstração dos fluxos de caixa), que foram preparadas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade, tendo concluído que tais elementos transmitem a verdadeira posição patrimonial da CMVM em 31 de Dezembro de 2006, e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data.

7 — A comissão de fiscalização tomou conhecimento e concorda com o relatório da fiscalização efectuada pela sociedade de revisores oficiais de contas, membro desta comissão de fiscalização.

8 — A comissão de fiscalização sublinha o total apoio recebido do conselho directivo e dos serviços, o que muito contribuiu para o desempenho das suas funções.

9 — Ponderado o que antecede e a observância legal emitimos o seguinte parecer:

É entendimento desta comissão de fiscalização que estão reunidas as condições para a aprovação do relatório e contas relativo ao exercício de 2006, que lhe foi apresentado pelo conselho directivo.

Lisboa, em 21 de Março de 2007. — A Comissão de Fiscalização: *Álvaro Pinto Coelho de Aguiar,* presidente — *Sérgio Alexandre dos Reis Gonçalves do Cabo,* vogal — Cravo Fortes, Antão & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, vogal e revisor oficial de contas, representada por *Domingos José da Silva Cravo*.

2611044570

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Relatório n.º 12-AC/2007

Relatório e contas de 2006

Relatório de gestão

1 — Introdução

No ano de 2006 a execução orçamental e financeira decorreu no clima de contenção que se tem vindo a observar nos últimos anos em todas as instituições públicas, neste caso particular, nas universidades.

Tem-se vindo a verificar que o financiamento proveniente do Orçamento do Estado não tem acompanhado o crescimento da Universidade e o consequente aumento da despesa inerente ao desenvolvimento das suas actividades, sendo cada vez mais necessário recorrer a financiamentos alternativos, o que obriga a dinamizar os processos de obtenção de receitas próprias que permitam assegurar a manutenção de uma instituição com características muito próprias como é o caso da Universidade do Algarve. Os constantes percalços observados no financiamento público têm causado um inevitável prejuízo no dinamismo de novas actividades, uma vez que os financiamentos alternativos estão a ser canalizados para as actividades normais, o que conduz a constrangimentos na inovação e no progresso pretendido.

Para além da diminuição do financiamento, nas verbas transferidas do Orçamento do Estado foi aplicada, em 2006, uma cativação que veio condicionar ainda mais a execução da Universidade, uma vez que essa retenção de fundos ocorreu igualmente na componente nacional de projectos de investigação (artigo 2.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro).

A situação financeira da Universidade, patente nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2006 e que também fazem parte deste relatório, apresenta sinais indiciadores de algumas dificuldades ao nível da sustentação dos seus limites de auto financiamento.

Todo o exercício de execução orçamental e financeira da Universidade obedece a normas emanadas pela Direcção-Geral do Orçamento, para além das normas constantes na Lei do Orçamento (Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro) e no decreto-lei de execução orçamental (Decreto-Lei n.º 50-A/2006, de 10 de Março). Durante o ano de 2006, estas normas foram publicadas nas seguintes circulares:

Circular Série A n.º 1325, de 3 de Abril de 2006 — Instruções Complementares ao decreto-lei de execução orçamental para 2006 aprovadas por despacho de 3 de Abril do Secretário de Estado-Adjunto e do Orçamento;

Circular Série A n.º 1328, de 31 de Agosto de 2006 — Execução orçamental de 2006 — Capítulo 50 — Investimentos do Plano — pedidos de libertação de créditos a partir de 1 de Setembro;

Circular Série A n.º 1329, de 14 de Setembro de 2006 — Cativação adicional em Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria;

Circular Série A n.º 1330, de 22 de Dezembro de 2006 — Instruções para o envio por via electrónica dos documentos que acompanham o pedido de libertação de créditos (PLC).

Para 2006 vai a Universidade do Algarve apresentar as suas contas nos moldes exigidos pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade Público para o sector da Educação (POC-Educação), pelo segundo ano consecutivo. Para além do tradicional mapa dos fluxos de caixa — em que se demonstra os recebimentos e os pagamentos efectuados durante um ano económico, tratando-se de um mapa de tesouraria — incluem-se como documentos de prestação de contas o balanço, a demonstração de resultados e os respectivos anexos.

Pretende-se com este relatório proporcionar uma visão global e abrangente das actividades desenvolvidas pela Universidade durante o ano de 2006, assim como proporcionar uma análise sucinta à sua situação financeira.

2 — **Actividades desenvolvidas**

Para o ano de 2006, foram definidas linhas de acção, apoiadas nos eixos estratégicos da Universidade do Algarve, foram estas as seguintes:

Dinamizar o processo de Bolonha.
Abrir a Universidade a novos públicos.
Dar coerência à investigação científica.
Reestruturar os Serviços da Universidade.
Definir os eixos de suporte à avaliação.
Lançar o Pólo Tecnológico e mediar a transferência de conhecimento.
Reafirmar a criação do Curso de Medicina.
Programar a expansão das infra-estruturas.
Reforçar os laços de cooperação externa.
Densificar as relações com a comunidade regional.
Multiplicar as acções de promoção externa.

No âmbito do Processo de Bolonha, com o propósito da construção do Espaço Europeu do Ensino Superior e com o objectivo de promover a mobilidade de docentes, de estudantes e a empregabilidade de diplomados, deu-se a publicação da legislação sobre ECTS (Decreto-Lei n.º 42/2005 de 22 de Fevereiro).

Este diploma vem consolidar o sistema europeu de transferência de créditos (ECTS) a nível nacional. O ECTS é um sistema em que o trabalho efectuado pelos estudantes numa dada área científica é expresso num valor numérico que tem em consideração as horas de trabalho do estudante, na globalidade das suas actividades.

Por conseguinte, são necessárias reformas profundas no sentido de uma maior eficácia, modernização e simplificação das instituições de ensino superior, e a Universidade do Algarve durante o ano de 2006, envidou esforços no sentido de adaptar os cursos em vigor aos ECTS.

Reitoria e unidades orgânicas em conjunto

Unidade Orgânica	Curso	Grau	Situação
ESGHT/FE	Marketing Turístico	Mestrado	Criação
FERN/FE/ESGHT	Gestão e Manutenção de Campos de Golfe	Mestrado	Criação
Artes Visuais	Licenciatura	Adequação	–
Reitoria	Ciências Biomédicas	Licenciatura	Criação
	Ciências Biomédicas	Mestrado	Criação

Ensino Politécnico

Unidade Orgânica	Curso	Grau	Situação
ESE	Educação Social	Licenciatura	Adequação
	Ciências da Comunicação	Licenciatura	Adequação
	Design de Comunicação	Licenciatura	Adequação
	Tradução e Interpretação Multimédia	Licenciatura	Adequação
	Dinamização das Ciências em Contexto Escolar	Mestrado	Criação
	Gerontologia	Mestrado	Criação
ESGHT	Gestão em Saúde	Licenciatura	Criação
	Marketing	Licenciatura	Criação
	Fiscalidade	Mestrado	Criação
	Internacionalização de Empresas	Mestrado	Criação
	Turismo e Culturas Urbanas	Mestrado	Criação
	Informação e Animação Turística	Licenciatura	Criação
	Assessoria de Administração	Licenciatura	Adequação
	Gestão	Licenciatura	Adequação
	Gestão (regime nocturno)	Licenciatura	Adequação
	Gestão Hoteleira	Licenciatura	Adequação
	Turismo	Licenciatura	Adequação
EST	Eng. Alimentar	Licenciatura	Adequação
	Eng. Civil (Diurno)	Licenciatura	Adequação
	Eng. Civil (Nocturno)	Licenciatura	Adequação
	Eng. Mecânica	Licenciatura	Adequação
	Eng. Topográfica	Licenciatura	Adequação
	Ciências e Tecnologia dos AlimentoS	Mestrado	Criação
	Ciências da Informação Geográfica	Mestrado	Criação
	Eng. Mecânica	Mestrado	Criação
	Eng. Civil	Mestrado	Criação
	Engenharia Eléctrica e Electrónica	Licenciatura	Adequação

Ensino Universitário

Unidade Orgânica	Curso	Grau	Situação
FCHS	Ciências Documentais e Editoriais	Licenciatura	Adequação
	Ciências da Educação e da Formação	Licenciatura	Adequação
	Estudos Artísticos	Licenciatura	Adequação
	Línguas e Comunicação	Licenciatura	Adequação
	Património Cultural	Licenciatura	Adequação
	Psicologia	Licenciatura	Adequação
	Arqueologia	Mestrado	Adequação
	Comunicação, Cultura e Artes	Mestrado	Criação
	Estudos Literários e Artísticos	Mestrado	Criação
	Produção, Edição e Comunicação de Conteúdos	Mestrado	Criação
	Conservação e Restauro	Licenciatura	Criação
FCMA	Biologia Molecular e Microbiana	Mestrado	Criação
	Geomática Ambiental	Mestrado	Criação
	Biologia Marinha	Licenciatura	Adequação
	Ciências do Mar	Licenciatura	Adequação
	Engenharia do Ambiente	Licenciatura	Adequação
	Aqualcultura e Pescas	Mestrado	Adequação
	Oceanografia	Mestrado	Criação
	Biologia	Licenciatura	Criação
	Biologia Marinha	Licenciatura	Criação
	Ciências do Ambiente	Licenciatura	Criação
	Ecologia	Mestrado	Criação
	Engenharia do Ambiente	Mestrado	Criação
FCT	Bioquímica	Licenciatura	Adequação
	Eng. Informática	Licenciatura	Adequação
	Física	Licenciatura	Criação
	Matemática e Aplicações	Licenciatura	Adequação
	Química	Licenciatura	Adequação
	Eng. Informática	Mestrado	Adequação
	Qualidade em Análises	Mestrado	Adequação
	Ensino	Mestrado	Criação
	Ciências Farmacêuticas	Mestrado Integrado	Adequação
	Eng. Electrónica e Telecomunicações	Mestrado Integrado	Adequação
FE	Sociologia	Licenciatura	Adequação
	Administração e Desenvolvimento Regional	Mestrado	Criação
	Economia	Mestrado	Criação
	Economia da Inovação e Empreendorismo	Mestrado	Criação
	Gestão e Desenvolvimento de Destinos Turísticos	Mestrado	Criação
	Gestão de Organizações Turísticas	Mestrado	Criação
	Gestão de Unidades de Saúde	Mestrado	Criação
	Turismo	Doutoramento	Criação
	Economia	Licenciatura	Adequação
	Gestão de Empresas	Licenciatura	Adequação
FERN	Biotecnologia	Licenciatura	Criação
	Agricultura Sustentável	Mestrado	Adequação
	Gestão da Qualidade e Marketing Agro-Alimentar	Mestrado	Adequação
	Gestão Sustentável dos Espaços Rurais	Mestrado	Adequação
	Arquitectura Paisagística	Mestrado Integrado	Adequação
	Eng. Biológica	Mestrado Integrado	Adequação
	Agronomia	Licenciatura	Adequação

Corpo discente

No ano lectivo 2005/2006, a Universidade do Algarve teve um total de 1755 vagas fixadas, das quais 57% eram do ensino politécnico e 43% do ensino universitário.

O número total de alunos a frequentar a Universidade no ano lectivo de 2005-2006, foi de 8915, o que representou uma quebra de 2,8% comparando com o ano lectivo de 2004-2005.

A seguir apresenta-se a sua distribuição, por ciclos:

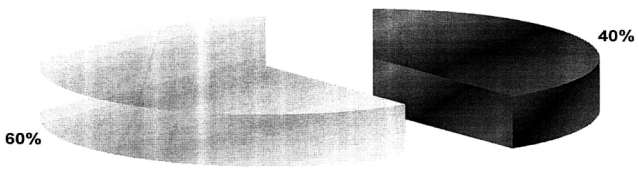
Ano lectivo 2005-2006

Bacharelato	3 399
Licenciatura	4 981
Complementos de formação	65
Pós-Graduação	140
Curso de especialização	–
Mestrado	297
Doutoramento	33
	8 915

Formação inicial

No que diz respeito à formação inicial do total de alunos inscritos na Universidade do Algarve, o ensino politécnico tem um maior número de inscritos, cerca de 60% do total.

Número de alunos por tipo de ensino
Ano Lectivo de 2005-2006

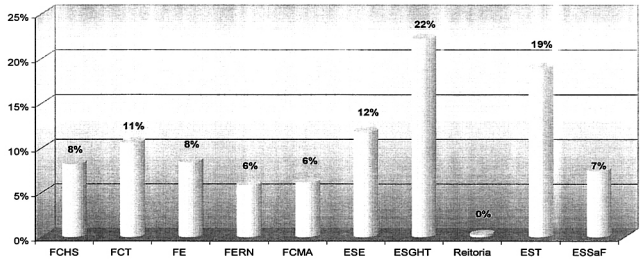


Esta diferença corresponde ao número de vagas já que, como foi referenciado anteriormente, as vagas para o ensino politécnico são superiores ao do ensino universitário.

Estabelecendo uma análise relativamente ao número de alunos inscritos por unidade orgânica, verifica-se que é a Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo que apresenta o maior número de alunos, cerca de 22% do total de alunos de formação inicial da Universidade do Algarve, seguido pela Escola Superior de Tecnologia, com 19%, pela Escola Superior de Educação com 12% e a Faculdade Ciências e Tecnologias com 11%.

No ensino politécnico, é de referir que a Escola Superior de Saúde de Faro regista 7% do total de alunos inscritos na Universidade do Algarve.

Número de alunos matriculados por Unidade Orgânica no Ano Lectivo de 2005-2006



Comparando o número de alunos previstos para o ano lectivo de 2005-2006 com o número de alunos efectivos tem-se que:

Foram previstos 3212 alunos para o ensino universitário e verificou-se 3317 alunos inscritos;

Foram previstos 4878 alunos para o ensino politécnico havendo 5063 de alunos inscritos;

No cômputo total, a Universidade registou 8380 alunos inscritos de formação inicial no ano lectivo de 2005-2006 para uma previsão de 8090 alunos de formação inicial.

No ano lectivo de 2005-2006 matricularam-se pela primeira vez no primeiro ano 2004 alunos, sendo 70% do ensino politécnico e 30% do ensino universitário.

Relativamente aos alunos matriculados no último ano registou-se um total de 3425 alunos, dos quais 67% no ensino politécnico e 33% no ensino universitário.

A divisão de cursos por agrupamentos reflecte uma metodologia seguida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior. O agrupamento Contabilidade, Gestão, Turismo e Línguas Vivas (que inclui todos os cursos da Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo e o curso de Tradução da Escola Superior de Educação) apresenta o maior número de alunos inscritos com 24,80%, seguido pelo agrupamento das Tecnologias (ensino politécnico) com 18,9% e Tecnologias (ensino universitário) com 18,5%. Por conseguinte tem-se:

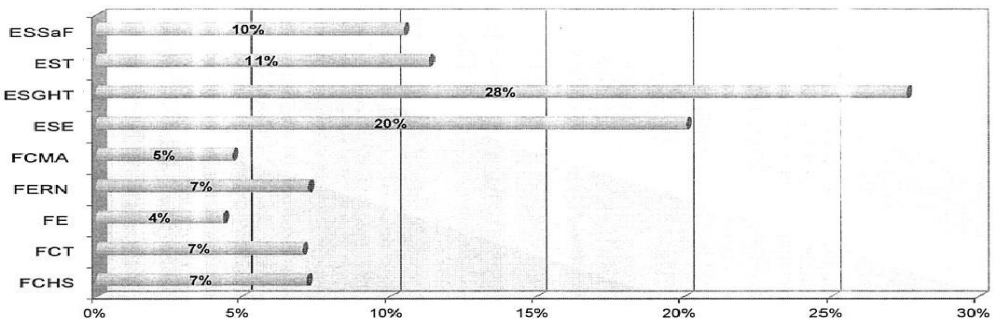
Agrupamento de curso	Número de alunos	Percentagem
U4 Ciências da Engenharia, Ciências Exactas e Naturais, Ciências Farmacêuticas e Ciências Agro-pecuárias	1 552	18,5
U5 Artes Plásticas e Design, Arquitectura, C. Educação, Psicologia, Educação Física e Desporto, Comunic. Social	374	4,5
U6 Matemática, Estatística e Computação	343	4,1
U7 Economia, Gestão, Turismo, Geografia e Línguas Vivas	749	8,9
U8 Letras. C. Sociais, Direito e C. Políticas	299	3,6
P2 Enfermagem, Técnicos Dentistas	211	2,5
P3 Tecnol. da Saúde	413	4,9
P4 Tecnologias	1 588	18,9
P6 Educ. Infância, Prof. 1.º e 2.º ciclos, Animadores, Com. Social, Artes Plásticas, Design e Desporto	775	9,2
P8 Contabilidade, Gestão, Comércio, Solicitadoria, Secretariado, Turismo, Lig. Vivas, Educ. Social e Serv. Social	2 076	24,8
	8 380	

No ano lectivo de 2005-2006 foram 1559 os alunos diplomados pela Universidade do Algarve 476 alunos ao ensino universitário e 1083 alunos no ensino politécnico, como se observa no quadro.

Unidades orgânicas	Número de alunos
FCHS — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	112
FCT — Faculdade de Ciências e Tecnologia	110
FE — Faculdade de Economia	68
FERN — Faculdades de Engenharia dos Recursos Naturais	113
FCMA — Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente	73
Ensino Universitário	476
ESE — Escola Superior de Educação	313
ESGHT — Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo	430
EST — Escola Superior de Tecnologia	177
ESSaF — Escola Superior de Saúde	163
Ensino Politécnico	1 083
Total	1 559

Fazendo uma relação entre os alunos inscritos no último ano e os diplomados, de um total de 3425 alunos do último ano só 46% é que obtiveram o diploma. A seguir apresenta-se a distribuição do número de diplomados por unidade orgânica em percentagem.

Percentagem de Diplomados no Ano Lectivo de 2005-2006 por Unidade Orgânica



A Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo é a que apresenta a maior percentagem de alunos diplomados, com 28% dos alunos, seguido pela Escola Superior de Educação com 20%.

No ensino universitário, a Faculdade Ciências do Mar e Ambiente, a Faculdade Ciências e Tecnologia e a Faculdade Ciências Humanas e Sociais apresentam o maior número de diplomados com 7% dos alunos diplomados.

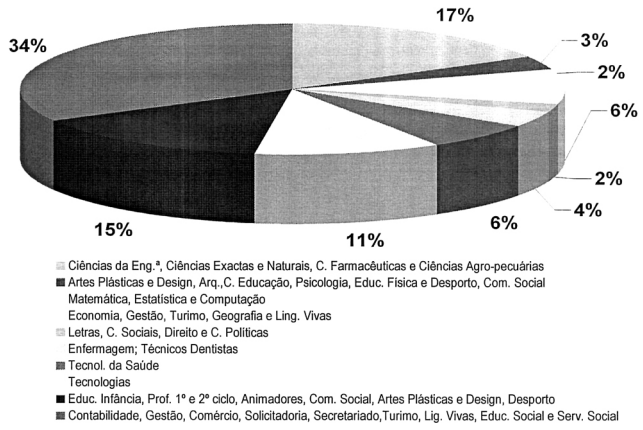
É ainda de referir a Escola Superior de Saúde de Faro que apresenta 10% do total dos alunos diplomados na Universidade do Algarve.

Do total do número de diplomados, 32% obteve o grau de bacharel, e 68% o grau de licenciado.

Unidades orgânicas	Com grau de bacharel	Com grau de licenciado	Número de alunos
FCHS — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	–	112	112
FCT — Faculdade de Ciências e Tecnologia	–	110	110
FE — Faculdade de Economia	–	68	68
FERN — Faculdades de Engenharia dos Recursos Naturais	–	113	113
FCMA — Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente	–	73	73
Ensino Universitário	–	476	476
ESE — Escola Superior de Educação	117	196	313
ESGHT — Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo	213	217	430
EST — Escola Superior de Tecnologia	106	71	177
ESSaF — Escola Superior de Saúde	70	93	163
Ensino Politécnico	506	577	1 083
Total	506	1 053	1 559

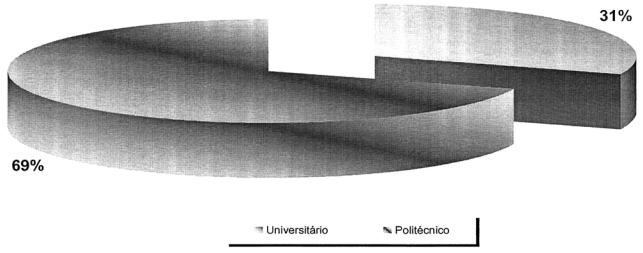
O agrupamento de Contabilidade, Gestão Turismo e Línguas Vivas apresenta o maior número de diplomados, com cerca de 34%.

Percentagem de diplomados por agrupamentos de cursos
Ano Lectivo 2005-2006



Resumindo, o ensino politécnico que apresenta um maior número de diplomados, cerca de 69%, e o ensino universitário com 31%.

Alunos diplomados por tipo de ensino
Ano Lectivo 2005-2006



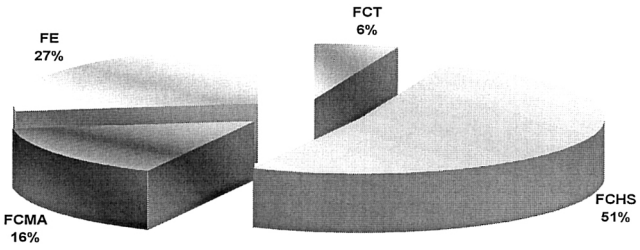
Por último, no que diz respeito à mobilidade dos estudantes que estão ao abrigo do Programa Sócrates/Erasmus, a Universidade do Algarve enviou no ano lectivo 2005-2006, 65 alunos ao abrigo deste programa e recebeu 149 alunos.

Formação avançada

Relativamente a alunos de formação avançada verifica-se um total de 470 alunos inscritos. Destes, 33 frequentam os cursos de doutoramento oferecidos pela Universidade do Algarve, 297 alunos estão inscritos em mestrado (parte lectiva), 140 são alunos de pós-graduações.

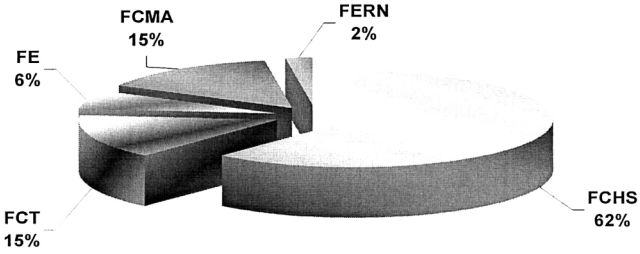
Relativamente aos alunos de mestrado, a Faculdade das Ciências Humanas e Sociais apresenta uma maior percentagem de alunos inscritos, cerca de 51%, seguida pela Faculdade de Economia com 27% e a Faculdade das Ciências do Mar e Ambiente 16% do total dos alunos inscritos em mestrado.

Número de alunos inscritos em Mestrado
Ano Lectivo 3005-2006



No ano lectivo de 2005-2006, 94 alunos obtiveram o grau de mestre, dos quais 62% pertenciam à Faculdade das Ciências Humanas e Sociais.

Percentagem por Faculdade de alunos que obtiveram o Grau de Mestre



Recursos humanos

Durante o ano de 2006, a Universidade do Algarve contou com 1247 pessoas a trabalhar para esta instituição. Com a seguinte distribuição:

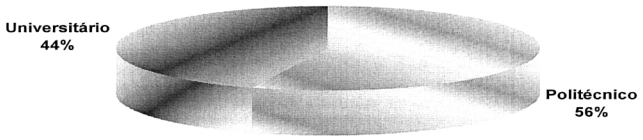
Pessoal da Universidade do Algarve no ano de 2006

Pessoal não docente	470
Pessoal docente:	
Ensino Universitário	345
Ensino Politécnico	432
Total	1 247

Pessoal docente

Relativamente ao pessoal docente a Universidade registou 777 docentes durante o ano de 2006 (dados respeitantes a existências da Universidade do Algarve em 31 de Dezembro de 2006). O ensino universitário tem 44% do total da população docente e o ensino politécnico tem 56%.

Distribuição de pessoal docente por tipo de ensino no ano de 2006



Durante o ano de 2006, a categoria mais representada no ensino universitário foi a categoria de professor auxiliar (39%), seguida pela categoria de assistente (15%) e de professor associado (11%).

Relativamente ao ensino politécnico a categoria mais representada é a de equiparado a professor adjunto (com 26%) seguida pela categoria de professor adjunto (com 21%) e com 13% a categoria de equiparado a assistente de 2.º triénio.

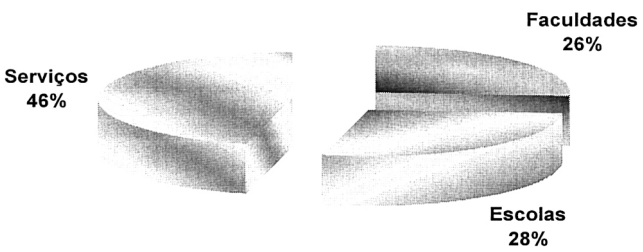
Unidades orgânicas	Docentes por unidade orgânica	Docentes ETI por unidade orgânica
FERN	55	50,4
FCMA	55	53,0
FCT	97	96,2
FCHS	79	74,4
FE	55	44,6
Reitoria	4	3,6
Total Universitário	345	322,2
EST	156	134,7
ESGHT	123	107,0
ESE	73	69,8
ESSaF	80	50,3
Total Politécnico	432	361,8
Total	777	684,0

Fazendo uma relação entre o número de alunos (formação inicial) e o pessoal docente, tendo sempre como referência o ano de 2006, verifica-se que existe sensivelmente 11 alunos para um docente.

Pessoal não docente

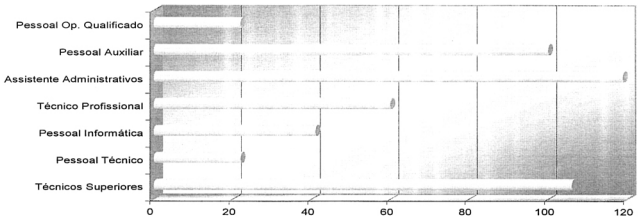
No ano de 2006, 497 pessoas estavam a trabalhar na Universidade do Algarve, 470 pertencentes ao quadro da Universidade e 27 em contrato de termo certo.

Repartição do pessoal não docente



O pessoal não docente encontra-se repartido da seguinte forma: 46% adstrito aos Serviços, e 54% às Faculdades e Escolas.

Distribuição do pessoal não docente no ano de 2006



É a categoria dos assistentes administrativos que tem maior representatividade com cerca de 25% do pessoal não docente, logo seguida pelos técnicos superiores com 23% e o pessoal auxiliar com cerca 21%.

Investigação & desenvolvimento

As recentes alterações dos padrões de ensino decorrentes do acordo de Bolonha, ao estimularem as condições para um ensino experimental e de projecto, estão claramente a promover o binómio investigação e competências. Como resultado estão a ser postos novos desafios aos estabelecimentos de ensino superior pois estabelecem-se novos paradigmas no ensino.

Com o objectivo de cumprir a sua missão e uma das suas finalidades a Universidade tem promovido e incentivado a realização de investigação, sendo esta uma pedra basilar para o desenvolvimento técnico, científico e tecnológico da instituição.

A Universidade fomenta a criação de centros de investigação em diferentes domínios, congregando a participação de docentes, investigadores e técnicos especializados.

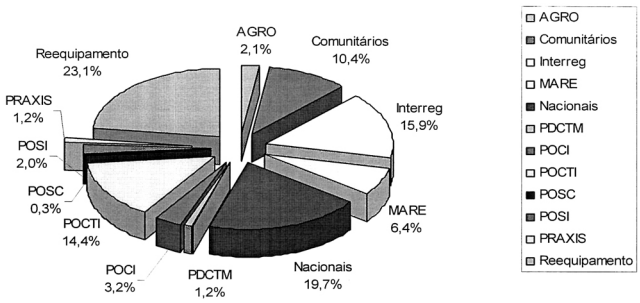
Actualmente a Universidade do Algarve conta com 28 centros de investigação em que cerca de 58% encontram-se relacionado com as ciências tecnológicas. Estes centros incluem cerca de 300 investigadores, que inclui docentes e alunos, que se encontram a desenvolver a sua investigação integrados nos centros.

Esses centros têm por isso um papel estratégico na atracção de investigadores e de jovens, desejosos de poder integrar as actividades desses centros. Esta dinâmica tem contribuído para a consolidação de grupos e áreas de investigação, assim como para a transferência de tecnologia e de conhecimentos fortalecedores das relações com as empresas.

Durante o ano de 2006, a Universidade do Algarve apresentou uma receita proveniente de projectos de investigação & desenvolvimento no montante de 5 234 042 euros, o que inclui o saldo da gerência anterior no valor 860 648 de euros e teve uma despesa no valor 4 662 806 euros.

A seguir apresenta-se uma distribuição das receitas por tipo de projectos de investigação & desenvolvimento.

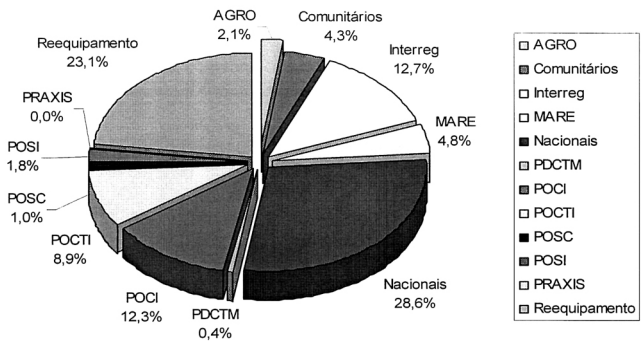
Repartição receitas e projectos — 2006



Pela análise do gráfico anterior verificamos que são os projectos do programa do reequipamento que apresentam a maior percentagem, com 23,1%, logo seguidos pelos programas nacionais com 19,7%.

No gráfico seguinte, temos a distribuição das despesas por projectos ID. São os projectos nacionais que apresentam maior volume de despesas (28,6%), logo seguidos pelas despesas ocorridas no âmbito do programa do reequipamento (23,1%). Os projectos comunitários representam apenas 4,3% da totalidade das despesas.

Repartição despesas projectos — 2006



Relações com o exterior

Como uma das instituições com preponderância na região algarvia, a Universidade do Algarve tem continuado a estabelecer e a desenvolver os seus laços com o exterior, o que possibilita à Universidade do Algarve o cumprimento da sua missão como instituição com responsabilidade social.

Infra-estruturas

Actualmente, a Universidade do Algarve possui 84 156,72 m² de área bruta a que corresponde 52 022,99 m² de área útil. Relacionando o total da área útil da Universidade do Algarve com o número de alunos em formação inicial no ano lectivo, obtém-se um índice 6,11 m² por aluno.

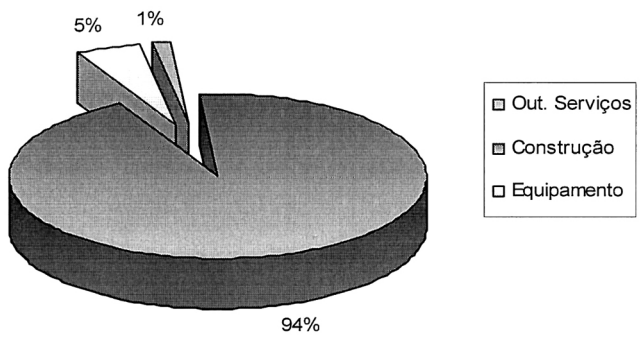
No que diz respeito às infra-estruturas para os serviços de acção social, esta conta actualmente com uma área bruta de 24 649 m² a que corresponde uma área útil de 16 432 m².

Os projectos que tiveram orçamento, durante o ano de 2006, por conta do PIDDAC foram:

Complexo Pedagógico da Penha — Arranjos exteriores.
A segunda fase da UCTRA.
A ampliação do edifício da Escola Superior de Tecnologia (3B).
Escola Superior de Saúde de Faro.

Durante o ano de 2006, a despesa do PIDDAC destinou-se 94% para construção, 5% para equipamento e 1% para outros serviços, onde se incluem os pagamentos de estudos e projectos.

Distribuição despesas PIDDAC — 2006



3 — **Execução orçamental**

a) Receitas:

A Universidade do Algarve contou, durante o ano de 2006, com um total de recebimentos no valor de 59 447 689,05 euros, sendo 5 461 803,55 euros de saldo da gerência anterior e 53 985 885,50 euros de receitas arrecadadas durante o ano.

O saldo da gerência anterior distribuiu-se da forma indicada no Quadro I.

Quadro I

Saldo da gerência anterior (2005)	Valor (euros)	Peso (percentagem)
OE	273 000,18	5,00
PIDDAC — OE	236 444,45	4,33
PIDDAC — FEDER	213 172,60	3,90
Fundos comunitários	771 486,04	14,13
Receitas próprias	3 967 700,28	72,64
Total	5 461 803,55	100,00

As receitas distribuíram-se de acordo com o exposto no Quadro II.

Quadro II

(Em euros)

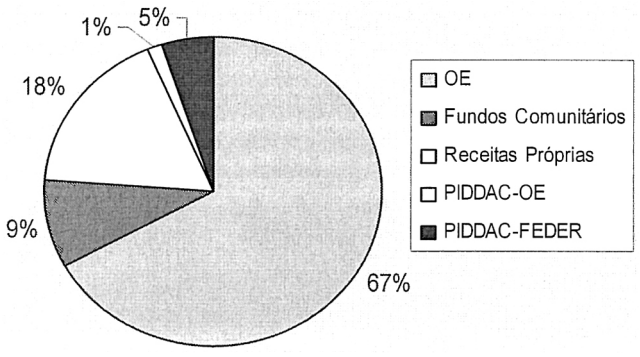
Receitas de 2005	Valor
OE	36 183 695,75
Fundos comunitários	4 885 194,93
Receitas próprias	9 489 637,13
PIDDAC — OE	727 910,00
PIDDAC — FEDER	2 699 447,69
Total	53 985 885,50

Fazendo uma análise ao peso das receitas arrecadadas durante o ano económico de 2006, verificamos, observando o Gráfico I, que as transferências do Estado (OE) representam 67% do total de receitas, logo seguidas pelas receitas próprias, com 18%.

De referir que as receitas do OE incluem a componente nacional dos projectos de investigação.

As receitas provenientes de fundos comunitários representam 9%, sendo que as verbas provenientes do PIDDAC representam um valor global de 6%.

Total de receitas — 2006



Comparando o orçamento inicial da Universidade do Algarve, que apresentava um valor global de 52 808 769 euros, verifica-se que foi executado 53 985 885,50 euros, havendo um desvio positivo de 1 177 116,50 euros, correspondente a uma taxa de execução de 2,23%, conseguido essencialmente pela boa execução de fundos comunitários, conforme se pode observar no Quadro III.

Quadro III

	Orçamento inicial previsto	Receitas arrecadadas	Desvio	Taxa de execução (percentagem)
OE	34 949 742,00	36 183 695,75	1 233 953,75	3,53
Fundos Comunitários	3 218 022,00	4 885 194,93	1 667 172,93	51,81
Receitas Próprias	12 836 058,00	9 489 637,13	— 3 346 420,87	— 26,07
PIDDAC — OE	786 930,00	727 910,00	— 59 020,00	— 7,50
PIDDAC — FEDER	1 018 017,00	2 699 447,69	1 681 430,69	165,17
Total	52 808 769,00	53 985 885,50	1 177 116,50	2,23

O desvio positivo observado nas verbas de Orçamento do Estado — 1 233 953,75 euros — dizem respeito a um conjunto de valores relativos a reforços recebidos ao longo do ano, provenientes da tutela, assim como a cativação de verbas prevista na Lei do Orçamento e ainda um desvio positivo entre as receitas previstas para os projectos de investigação e as receitas efectivamente arrecadadas, sendo estes:

33 723 euros, para pagamento de bolsas de mérito do ano lectivo 2005-2006;

6800 euros, compensação de propinas dos alunos de Cabo Verde;

246 901 euros, diferença entre a propina mínima e a propina praticada na instituição, que deveria ser paga pelos alunos bolseiros, mas que se reveste num reforço proveniente da tutela.

375 790 euros, acréscimo de receitas relativas à componente nacional de projectos em relação ao orçamento definido inicialmente.

661 694 euros, valor da cativação, verba que foi deduzida à dotação inicial.

O desvio de 7,5% das transferências do Estado do PIDDAC, no valor de 59 020 euros, diz respeito à cativação das verbas desse programa que se transformou num congelamento definitivo de dotação.

As maiores diferenças entre as verbas orçamentadas e as verbas realizadas registaram-se nos fundos comunitários, tal como referido anteriormente, com 165,17% (1 681 430,69 euros) para as verbas de FEDER associadas ao PIDDAC e 51,81% (1 667 172,93 euros) para os outros fundos comunitários associados a projectos e programas. Estas diferenças dizem respeito ao desfasamento que normalmente ocorre entre a expectativa de entrada de receita e a entrada efectiva dos montantes em tesouraria.

De realçar o desvio negativo de 3 346 420,87 euros (— 26,07%) nas verbas de receitas próprias.

No Quadro IV apresenta-se uma análise pormenorizada às verbas arrecadadas de receitas próprias, por grupos mais significativos, tendo por base a classificação económica da receita.

Quadro IV

(Em euros)

Tipo de receita própria	Valor	Peso (percentagem)
Propinas FI	5 604 185,63	59,06
Taxas e emolumentos	536 743,74	5,66
Prestação de serviços	1 769 250,29	18,64
Receitas diversas	1 579 457,47	16,64
Total	9 489 637,13	100,00

Verificamos que são as Propinas de Formação Inicial (FI) aquelas que têm o maior peso no conjunto das receitas próprias da instituição, com 59,06%. Seguem-se as prestações de serviços com 18,64% e as receitas diversas com 16,64%. Nestas receitas incluem-se as propinas de formação avançada, que totalizaram, em 2006, 755 188,61 euros, muito abaixo dos 975 012,74 euros verificados em 2005. Incluem-se também os juros de depósitos à ordem, a cobrança de rendas e receitas esporádicas que, pela sua natureza, não se incluem em nenhuma categoria específica.

b) Despesas:

Neste ponto será realizada uma análise muito breve à componente das despesas da Universidade, na óptica da execução orçamental, isto é, de acordo com a distribuição dos pagamentos efectuados pelas rubricas de despesa segundo a classificação económica.

Uma análise mais exaustiva e pormenorizada será feita no ponto 5 deste relatório, onde se pretende explanar uma análise financeira às peças produzidas no fecho do ano económico — balanço e demonstração de resultados.

Em 2006, as despesas da Universidade do Algarve ascenderam a 54 286 487,54 euros, como podemos ver no Quadro V. As despesas encontram-se distribuídas por grandes agrupamentos.

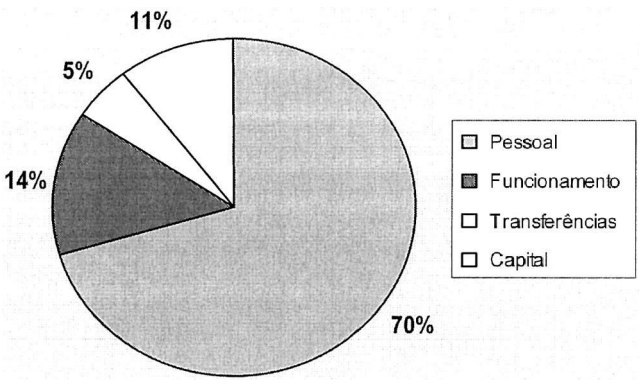
Quadro V

(Em euros)

Despesas de 2006	Valor
Pessoal	38 095 220,20
Funcionamento	7 584 796,10
Transferências	2 835 830,42
Capital	5 770 640,82
Total	54 286 487,54

Conforme se pode observar no Gráfico II, do total, as despesas com o pessoal significam 70%, seguindo-se as despesas com o funcionamento, com 14%. As transferências, onde se incluem o pagamento de bolsas de investigação e as transferências para parceiros no âmbito de projectos de investigação, representam 5% e as despesas de capital representam 11%.

Total de despesas— 2006



As despesas com o pessoal são aquelas que, no total das despesas, têm uma expressão maior dentro do orçamento. Comparando esse tipo de despesas com as receitas anteriormente analisadas, temos:

1 — As despesas totais com o pessoal representam 70,57% das receitas totais da Universidade.

2 — As despesas totais com o pessoal representam 93,63% das receitas de transferências do Estado, somando as verbas recebidas de Propinas FI. Verifica-se uma subida, em relação a 2005, uma vez que esse valor situava-se nos 90,81%.

Verificando-se que o peso das transferências do Estado, relativamente à totalidade das receitas, foi de 67%, verifica-se que uma parte das despesas com o pessoal está a ser suportada por verbas geradas pelo auto financiamento da Universidade.

Passando, de seguida, à análise dos valores de capital, temos que o investimento, em 2006, representou 10,63% do total de despesas da Universidade.

Em 2006, essas despesas totalizaram 5 770 640,82 euros (Quadro VI).

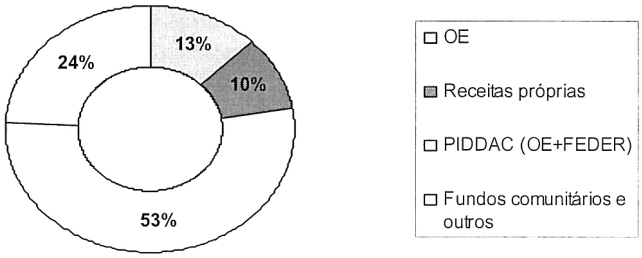
Quadro VI

(Em euros)

Despesas de capital	Valor
OE	723 627,25
Receitas próprias	560 296,12
PIDDAC (OE+FEDER)	3 093 501,51
Fundos comunitários e outros	1 393 215,94
Total	5 770 640,82

Verifica-se, pela observação do Gráfico III, que o investimento realizado com o recurso de verbas PIDDAC (OE+FEDER) representa 53%, logo seguido pelo investimento realizado através de outros fundos comunitários (24%). As receitas próprias contribuíram com apenas 10%, uma vez que todas as verbas de auto financiamento da Universidade estão a ser canalizadas para fazer face a despesas com o pessoal e para assegurar o funcionamento diário da instituição.

Despesas de capital — 2006



c) Saldos para a gerência seguinte:

O saldo que transitou para a gerência seguinte totalizou 5 161 201,51 euros, conforme se pode verificar no Quadro VII, onde o mesmo se distribui pelas várias fontes de financiamento.

Quadro VII

(Em euros)

Saldo para a gerência seguinte	Valor	Peso (percentagem)
OE	528 846,65	10,25
PIDDAC — OE	169 339,61	3,28
PIDDAC — FEDER	305 441,07	5,92
Fundos comunitários	1 098 332,70	21,28
Receitas próprias	3 059 241,48	59,27
Total	5 161 201,51	100,00

Relativamente ao saldo que transitou de 2005 (5 461 803,55 euros) observa-se uma diminuição de 300 602,04 euros em relação ao ano anterior.

Foi, portanto, quebrada a regra do equilíbrio orçamental (artigo 25.º da Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto, terceira alteração à Lei do Enquadramento Orçamental, Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto), para a qual existiu despacho autorizador do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, datado de 7 de Dezembro de 2006.

4 — Análise financeira

Da situação financeira da Universidade do Algarve, espelhada nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2006, destacam-se os seguintes aspectos:

O activo líquido de 64 958 641 euros teve uma diminuição de cerca de 1,5% relativamente ao ano anterior. Esta diminuição deveu-se essencialmente à conjugação de vários factores ocorridos durante o exercício de 2006. Por um lado, assistiu-se a uma quebra no valor líquido do imobilizado (de 1,44%), motivado pelo fraco investimento em bens de imobilizado do ano transacto, uma vez que a esmagadora maioria das verbas colocadas à disposição da Universidade são canalizadas para o seu funcionamento e para fazer face a despesas com o pessoal. Os equipamentos existentes foram adquiridos em anos anteriores, pelo que o seu valor líquido diminuiu, face ao aumento das amortizações acumuladas.

O imobilizado em curso registou uma diminuição significativa, de 5 288 679 euros para 3 474 804 euros, devido à passagem para imobilizado corpóreo das empreitadas de obras públicas que se deram por concluídas em 2006, nomeadamente a ampliação da Escola Superior de Tecnologia financiada pelo PIDDAC e FEDER, Complexo Pedagógico — arranjos exteriores financiado pelo PIDDAC e FEDER e obras de adaptação de laboratórios afectos ao Biotério. As disponibilidades financeiras, registadas nos depósitos em instituições financeiras, tiveram uma quebra na ordem dos 5,4%. Essa diminuição significativa foi, de algum modo, compensada pelo aumento das dívidas de terceiros (de 637 855 euros para 743 142 euros, o que equivale a 16,5%) e pelo aumento dos acréscimos e diferimentos;

Os fundos próprios de 1 951 860 euros diminuíram cerca de 31% relativamente a 2005, consequência do resultado transitado no valor de 697 085 euros, que inclui correcções relativas a valores registados como património quando da elaboração do balanço inicial, e também concretamente no valor do património que diminuiu cerca de 21%, devido à correcção do valor de um bem registado incorrectamente (nota explicativa n.º 8.2.32 do anexo);

O passivo no valor de 63 006 481 euros diminui 0,15% em relação ao ano anterior. Se, por um lado, regista-se um aumento nas dívidas a terceiros (60,9%) devido ao registo da dívida de anos anteriores à ADSE, esse aumento é compensado pela diminuição dos acréscimos e diferimentos, motivado pelas correcções aos valores registados no património, como já referido anteriormente.

Passando à análise dos aspectos mais relevantes da demonstração de resultados, verifica-se que o saldo apurado em 2006 é inferior ao saldo apurado em 2005 em 19 487 euros, representando uma quebra de 4,3%. Apesar de se ter observado um aumento nos proveitos relativamente a 2005, na ordem dos 1,51%, estes não foram suficientes para compensar o acréscimo de custos (798 176 euros, correspondendo a 1,57%).

Os proveitos operacionais aumentaram 285 315 euros (um crescimento de 0,57% relativamente a 2005) mas, ao mesmo tempo, os custos operacionais sofreram um aumento de 646 117 euros (cresceram cerca de 1,27% em relação ao ano anterior) conduzindo a um resultado operacional negativo de 1 584 225 euros, sendo visível a incapacidade da Universidade de financiar custos da actividade com os proveitos daí decorrentes.

Para o aumento dos proveitos operacionais contribuíram as propinas de formação inicial, as prestações de serviço, as outras transferências provenientes da administração central e outras transferência da União Europeia.

O valor mais significativo registou-se na conta de impostos e taxas, onde se incluem as propinas de formação inicial, que apresentaram um aumento de 4,72%, ou seja passaram de 6 611 025 euros para 6 923 091 euros, que se explica pelo acréscimo de 100 euros no valor da propina (de 680 euros para 780 euros).

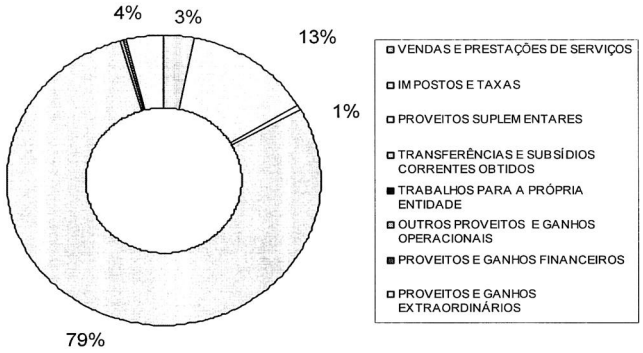
Apresenta-se, de seguida, um quadro com a comparação entre as contas mais significativas dos proveitos dos anos 2006 e 2005.

Estrutura de proveitos

	2006	2005
Vendas e prestações de serviços	1 576 580,50	1 689 059,09
Impostos e taxas	6 923 090,57	6 611 024,89
Proveitos suplementares	320 718,52	308 427,64
Transfer. e subsídios correntes obtidos	41 042 486,25	40 398 705,53
Trab. para a própria entidade	–	1 474,52
Outros proveitos e ganhos operacionais	170 842,87	739 712,50
Proveitos e ganhos financeiros	112 452,22	71 372,89
Proveitos e ganhos extraordinários	2 091 588,14	1 639 292,79
Total	52 237 759,07	51 459 069,85

No gráfico seguinte, apresenta-se a estrutura de proveitos para o ano de 2006.

Estrutura de proveitos da Universidade do Algarve em 2006



O valor mais significativo, com 79%, refere-se a transferências correntes, onde se incluem as transferências provenientes do Orçamento do Estado. Segue-se, com 13%, a conta de impostos e taxas, onde se registam as receitas de propinas de formação inicial e de pós-graduações.

Relativamente aos custos, patentes na demonstração de resultados, e analisando o aumento dos custos operacionais importaram mais as despesas com pessoal (mais de 495 313 euros equivalente a um aumento de 1,32%). Este aumento deveu-se essencialmente ao aumento salarial de 1,5% compensada com algumas saídas de pessoal.

Os fornecimentos e serviços externos com menos 614 158 euros equivaleram a uma diminuição de 8%, o que indicia uma contenção de despesas que tem vindo a ser implementada na Universidade, para fazer face à quebra de financiamento proveniente de transferências do Estado, bem como alguma retracção na angariação de receitas próprias.

Nos fornecimentos e serviços externos destacam-se os encargos comuns da instituição que comportam os custos com a electricidade, água, combustíveis, comunicações, limpeza e vigilância das instalações.

Verificou-se um aumento de 7% destes custos de 2005 para 2006, devido à actualização do valor dos contratos baseado no índice de preços ao consumidor, bem como ao aumento das instalações em funcionamento na Universidade.

A conta de honorários correspondente ao pagamento de recibos verdes, aumentou 16%, ou seja passou de 1 066 418 euros em 2005 para 1 237 792 euros em 2006.

A conta da conservação e reparação correspondente ao pagamento de despesas de manutenção e conservação das instalações ou de equipamento diminuiu 24%, ou seja passou de 436 966 euros para 333 311 euros.

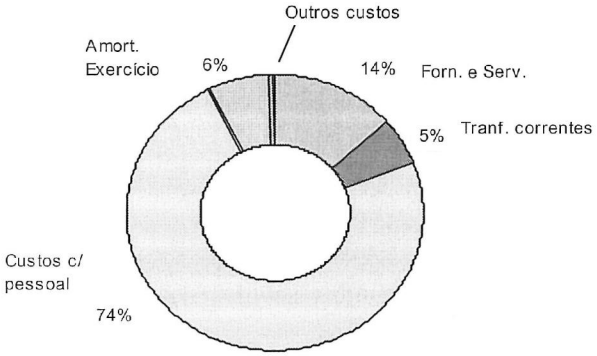
No quadro abaixo apresentam-se as contas mais significativas de custos, comparando os valores registados em 2005 e 2006.

Estrutura de custos

	2006	2005
Fornecim. e serv. externos	7 114 023,57	7 728 181,51
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	2 774 190,05	2 570 938,59
Custos com pessoal	38 011 716,02	37 516 403,48
Outros custos/perdas operacionais	227 756,75	145 898,66
Amortização do exercício	3 191 666,77	2 986 661,20
Provisões do exercício	298 591,04	23 743,47
Custos e perdas financeiras	7 127,97	3 142,59
Custos e perdas extraordinários	177 058,94	28 985,67
Total	51 802 131,11	51 003 955,17

Do total de custos, destacam-se os custos com o pessoal, com uns significativos 74%, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos, onde se incluem as aquisições de materiais necessários ao funcionamento corrente da Universidade, com 14%.

Estrutura do custo da Universidades do Algarve em 2006



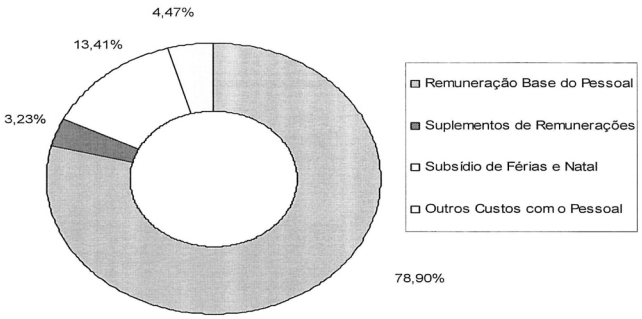
Fazendo uma análise detalhada aos custos com o pessoal temos a comparação entre os anos de 2005 e 2006 no quadro abaixo.

Custos com pessoal

	2006	2005
Remuneração base do pessoal	29 990 995	29 641 276
Suplementos de remunerações	1 226 892	1 243 970
Prestações sociais directas	96 394	92 021
Subsídio de férias e Natal	5 096 185	4 997 792
Gratificações	215 119	232 715
Remun. por doença e maternidade	268 174	242 473
Gratificações variáveis	54 326	80 731
Encargos sobre remunerações	148 869	56 819
Outros custos com o pessoal	914 763	928 608
Total	38 011 716	37 516 403

Observando o gráfico que se segue, vemos que, relativamente aos custos com o pessoal, a esmagadora maioria, com 78,9%, diz respeito a remunerações base do pessoal, logo seguidos pelo subsídio de férias e Natal com 13,4%. Os custos diversos com o pessoal representam 4,5%.

Custos com o pessoal



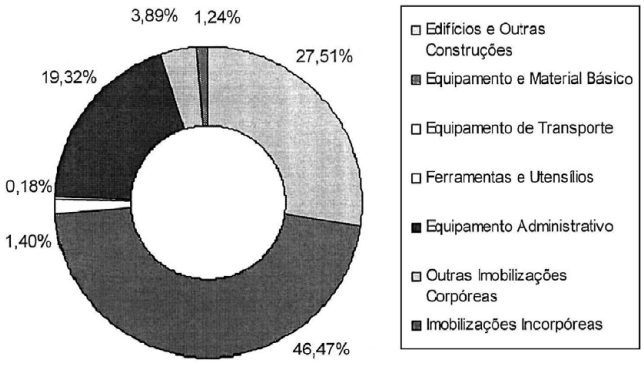
Analisando as amortizações do exercício, no quadro seguinte, vemos que houve um aumento de 6,86% dos valores em 2006 por comparação dos valores de 2005, o que indicia o que já foi referido anteriormente, o envelhecimento do imobilizado corpóreo e o fraco investimento nesta área.

Amortizações do exercício

	2006	2005
Edifícios e outras construções	877 914	640 748
Equipam. e material básico	1 483 218	1 271 991
Equipam. de transporte	44 659	68 422
Ferramentas e utensílios	5 604	11 361
Equipamento administrativo	616 687	877 810
Outras imobiliz. corpóreas	124 008	116 556
Imobilizações incorpóreas	39 575	4
	3 191 667	2 986 891

O maior peso das amortizações são aquelas relativas a equipamento e material básico, com 48,5% do total, logo seguidas pelas amortizações relativas a edifícios e outras construções, com 27,51%. Os pesos mais baixos dizem respeito às amortizações das ferramentas e utensílios (0,2%) e imobilizações incorpóreas (1,2%).

Amortizações do exercício de 2006



5 — **A aplicação da contabilidade patrimonial na Universidade do Algarve**

A contabilidade patrimonial, baseada no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o sector da educação — POC-Educação — previsto na Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro, foi introduzida na Universidade do Algarve no início do ano de 2004.

O objectivo principal da implementação do POC-Educação é a criação de condições para a integração consistente de contabilidade orçamental, patrimonial e de custos. Pretende ser um instrumento fundamental de apoio à gestão das universidades, uma vez que irá auxiliar na tomada de decisões estratégicas, ao facultar um grande volume de informação que permitirá um melhor controlo da sua actividade financeira e contribuir para uma melhor transparência da sua situação financeira e patrimonial.

No final do ano de 2004 foi opção da instituição não apresentar as suas contas com base na portaria atrás referida, uma vez que se considerou esse ano como o ano zero e, portanto, um ano de teste.

Tendo por ponto de partida a experiência do ano de 2004, foi analisado o tipo de informação gerada, os procedimentos de registo de operações contabilísticas e as peças contabilísticas produzidas, de molde a melhorar o sistema de informação, tendo como objectivo primordial reflectir, dentro do espírito de uma contabilidade patrimonial ou digráfica, a situação financeira da Universidade.

O processo de implementação da contabilidade patrimonial tem envolvido não apenas os serviços administrativos e financeiros, mas também todas as unidades orgânicas da Universidade, num esforço colectivo, uma vez que, em apenas um ano, se conseguiu recuperar alguns anos de atraso nesta matéria — recorde-se que a publicação da Portaria relativa ao POC-Educação é do ano 2000.

Todo este processo tem sido realizado internamente, sem o recurso a contratação de serviços de empresas externas. Todos os critérios utilizados para o registo dos factos patrimoniais e para a produção dos mapas de prestação de contas basearam-se nas directrizes da Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro, e em normas emanadas dos serviços administrativos e financeiros, tal como explicado nos anexos às demonstrações financeiras.

A prestação de contas da Universidade do Algarve, relativa ao ano de 2005, foi apresentada, pela primeira vez, nos moldes previstos pelo POC-Educação, possuindo todos os documentos exigidos pelo artigo 4.º da Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro e seguindo as instruções do Tribunal de Contas n.º 1/2004, da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicada no *Diário da República,* 2.ª Série, de 14 de Fevereiro de 2004.

A prestação de contas relativa ao ano económico de 2006 é também apresentada de acordo com o POC-Educação, incluindo a certificação legal das contas elaborada pela empresa de auditoria BDO bdc & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da

27 de Abril de 2007. — O Conselho Administrativo: *João Pinto Guerreiro,* reitor — *Pedro Alfonso Ferré da Ponte,* vice-reitor — *Maria Teresa Coelho Pais Vieira Dinis,* vice-reitora — *Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias,* vice-reitora — *Fernando Martins dos Santos,* administrador — *Lívia Cristina Andrade Rodrigues Borges,* directora dos serviços administrativos e financeiros — *Pedro Daniel de Carvalho da Cunha Barros,* aluno.

Balanço em 31 de Dezembro de 2006

ACTIVO

(Em euros)

	2006			2005
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	118 714	118 714	–	39 575
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	788 176	–	788 176	788 176
Edifícios e outras construções	52 132 513	7 724 242	44 408 272	43 393 588
Equipamento e material básico	23 131 335	14 668 716	8 462 619	8 039 358
Equipamento de transporte	781 503	711 752	69 751	151 173
Ferramentas e utensílios	168 889	157 815	11 074	11 550
Equipamento administrativo	11 389 819	10 291 967	1 097 852	1 432 349
Taras e vasilhame	483	483	–	–
Obras de arte	9 329	–	9 329	9 329
Outras imobilizações corpóreas	1 081 800	743 184	338 616	403 593
Obras em curso	3 474 804	–	3 474 804	5 288 679
Adiantamento conta de imobilizações corpóreas	–	–	–	–
	92 958 652	34 298 159	58 660 493	59 517 794

(Em euros)

	2006			2005
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	4 994	–	4 994	4 994
Circulante:				
Dívidas de terceiros — Curto prazo:				
Clientes, c/c	743 142	–	743 142	637 855
Clientes de cobrança duvidosa	62 406	62 406	–	–
Estado e outros entes públicos	–	–	–	88
Outros devedores	–	–	–	–
	805 549	62 406	743 142	637 943
Títulos negociáveis:				
Outras aplicações de tesouraria	–	–	–	–
Depósitos bancários e caixa:				
Conta no Tesouro	–		–	–
Depósitos em instituições financeiras	5 166 898		5 166 898	5 461 804
Caixa	–		–	–
	5 166 898		5 166 898	5 461 804
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	230 279		230 279	272 877
Custos diferidos	152 535		152 535	13 385
	382 814		382 814	286 261
Total de amortizações		34 416 873		
Total de provisões		62 406		
Total do activo	99 437 621	34 479 280	64 958 341	65 948 371

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

	2006	2005
Fundos próprios:		
Património	1 946 754	2 461 312
Reservas de reavaliação	–	–
Reservas:		
Subsídios	–	–
Doações	178 026	67 531
Outros acertos patrimoniais	88 537	87 146
Resultados transitados	(697 085)	(225 989)
Resultado líquido do exercício	435 628	455 115
Total dos fundos próprios	1 951 860	2 845 114
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos	261 081	–
Dívidas a terceiros:		
Médio e longo prazos:		
Credores diversos	864 360	–
Curto prazo:		
Fornecedores, c/c	–	–
Fornecedores de imobilizado	–	–
Estado e outros entes públicos	132 008	69 305
Outros credores	–	12 737
	132 008	82 042

(Em euros)

	2006	2005
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	6 010 842	6 076 930
Proveitos diferidos	55 738 189	56 944 285
	61 749 031	63 021 215
Total do passivo	63 006 481	63 103 257
Total dos fundos próprios e do passivo	64 958 341	65 948 371

27 de Abril de 2007. — O Conselho Administrativo: *João Pinto Guerreiro,* reitor — *Pedro Alfonso Ferré da Ponte,* vice-reitor — *Maria Teresa Coelho Pais Vieira Dinis,* vice-reitora — *Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias,* vice-reitora — *Fernando Martins dos Santos,* administrador — *Lívia Cristina Andrade Rodrigues Borges,* directora dos serviços administrativos e financeiros — *Pedro Daniel de Carvalho da Cunha Barros,* aluno.

Demonstração de resultados por natureza a 31 de Dezembro de 2006

CUSTOS E PERDAS

	2006		2005	
Fornecimentos e serviços externos	7 114 024		7 728 182	
Custos com pessoal:				
Remunerações	36 948 084		36 530 977	
Encargos sociais	1 063 632		985 426	
Transferências correntes	2 774 190	47 899 930	2 570 939	47 815 524
Amortizações do exercício	3 191 667		2 986 661	
Provisões do exercício	298 591	3 490 258	23 743	3 010 405
Outros custos e perdas		227 757		145 899
(*A*)		51 617 944		50 971 827
Custos e perdas financeiras		7 128		3 143
(*C*)		51 625 072		50 974 970
Custos e perdas extraordinárias		177 059		28 986
(*E*)		51 802 131		51 003 955
Resultado líquido do exercício		435 628		455 115
		52 237 759		51 459 070

PROVEITOS E GANHOS

	2006		2005	
Vendas e prestações de serviços:				
Vendas	91 896		107 183	
Prestações de serviços	1 484 685	1 576 581	1 581 876	1 689 059
Impostos e taxas	6 923 091		6 611 025	
Proveitos suplementares	320 719		308 428	
Transferências e subsídios correntes:				
Transferências — Administração central	38 563 437		35 450 572	
Outras	2 479 049		4 948 133	
Trabalhos para a própria entidade	–		1 475	
Outros Proveitos Operacionais	170 843	48 457 138	739 713	48 059 345
(*B*)		50 033 719		49 748 404
Proveitos e ganhos financeiros		112 452		71 373
(*D*)		50 146 171		49 819 777
Proveitos e ganhos extraordinários		2 091 588		1 639 293
(*F*)		52 237 759		51 459 070

Resumo:

Resultados operacionais: (*B*)–(*A*) =	(1 584 225)	(1 223 423)
Resultados financeiros: (*D–B*)–(*C–A*) =	105 324	68 230
Resultados correntes: (*D*)–(*C*) =	(1 478 901)	(1 155 192)
Resultado líquido exercício: (*F*)–(*E*) =	435 628	455 115

27 de Abril de 2007. — O Conselho Administrativo: *João Pinto Guerreiro,* reitor — *Pedro Alfonso Ferré da Ponte,* vice-reitor — *Maria Teresa Coelho Pais Vieira Dinis,* vice-reitora — *Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias,* vice-reitora — *Fernando Martins dos Santos,* administrador — *Lívia Cristina Andrade Rodrigues Borges,* directora dos serviços administrativos e financeiros — *Pedro Daniel de Carvalho da Cunha Barros,* aluno.

Anexos às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

Caracterização da entidade:

8.1.1 — Identificação:

A Universidade do Algarve tem a sua sede na cidade de Faro e está sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com a classificação orgânica 11.10.40.103 e o contribuinte n.º 505387271.

A Universidade é uma pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar. A Universidade pode realizar acções com outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais.

8.1.2 — Legislação:

A Universidade de Algarve, foi criada pela Lei n.º 11/79, de 28 de Março, tendo os seus Estatutos sido homologados pelo Despacho Normativo n.º 198/91, de 24 de Agosto, publicados no *Diário da República,* n.º 211, I Série-B, de 13 de Setembro de 1991, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 13002/2000 (2.ª Série), publicado em *Diário da República,* n.º 145, 2.ª Série, de 26 de Junho de 2000, Despacho Normativo n.º 2/2001, de 11 de Dezembro, publicado no *Diário da República,* n.º 10, 1.ª Série-B, de 12 de Janeiro de 2001 (1.ª alteração) e Despacho Normativo n.º 15/2002, de 20 de Fevereiro, publicado no *Diário da República,* n.º 65, 1.ª Série-B, de 18 de Março de 2003 (integra a Escola Superior de Enfermagem de Faro na Universidade do Algarve, convertida em Escola Superior de Saúde de Faro, nos termos da Portaria n.º 476/2003 publicada no *Diário da República,* n.º 134, 1.ª Série-B, de 11 de Junho de 2003).

A Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, genericamente conhecida como Lei da Autonomia das Universidades, reconheceu o direito a cada Universidade de elaborar os seus próprios estatutos, com observância do disposto naquela lei e na demais legislação aplicável. A Universidade rege-se pelo disposto nos seus Estatutos e na Lei da Autonomia.

8.1.3 — Estrutura organizacional:

A gestão da Universidade é tutelada pelos seus órgãos de governo. O governo da Universidade é exercido pelos seguintes órgãos:

a) A assembleia da Universidade;
b) O reitor;
c) O Senado Universitário;
d) O conselho administrativo.
e) O conselho consultivo.

A Universidade estrutura-se em unidades orgânicas, para efeitos de ensino e de investigação científica, e em serviços. As unidades orgânicas são designadas por faculdades, no caso do ensino universitário e por escolas superiores, no caso do ensino politécnico.

A criação, integração, modificação ou extinção das faculdades e escolas regulam-se pelo disposto na alínea *c*) do n.º 2 do artigo 28.º e na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 7.º da Autonomia das Universidades (Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro) e do Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico (Lei n.º 54/90 de 5 de Setembro), respectivamente.

Na Universidade do Algarve existem as seguintes faculdades e escolas:

a) Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais;
b) Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente;
c) Faculdade de Economia;
d) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais;
e) Faculdade de Ciências e Tecnologia;
f) Escola Superior de Educação;
g) Escola Superior de Tecnologia;
h) Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo;
i) Escola Superior de Saúde de Faro.

As faculdades e escolas são pessoas colectivas de direito público que gozam de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira.

As faculdades e escolas dispõem dos seguintes órgãos:

a) A assembleia de representantes;
b) O conselho directivo;
c) O conselho cientifico;
d) O conselho pedagógico;
e) O conselho consultivo;
f) O conselho administrativo.

São serviços da Universidade do Algarve:

Os serviços administrativos e financeiros;
Os serviços de recursos humanos;
Os serviços de técnicos;
Os serviços académicos;
Os serviços de documentação;
Os serviços de informática;
Os serviços de estudos e planeamento;
Os serviços de relações externas;
A assessoria jurídica.

Os serviços de acção social são uma unidade orgânica dotada de autonomia administrativa e financeira, cuja estrutura, funcionamento e competências são reguladas pelo Decreto-Lei n.º 129/93 de 22 de Abril de 1993 e pelo regulamento orgânico dos serviços de acção social.

8.1.4 — Descrição sumária das actividades:

A Universidade é um centro de criação, transmissão e difusão de cultura, ciência e tecnologia e tem por fins:

a) A formação humana, cultural, científica e técnica;
b) A realização de investigação fundamental e aplicada;
c) A prestação de serviços à comunidade, numa perspectiva de valorização recíproca;
d) O intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;
e) A contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, em especial com os países de expressão oficial portuguesa e os países europeus;
f) A contribuição para o desenvolvimento do país e, particularmente, do Algarve.

À Universidade compete a concessão de graus e títulos académicos, honoríficos e de outros certificados e diplomas, bem como a concessão de equivalências e o reconhecimento de graus e habilitações académicas.

8.1.5 — Recursos humanos:

Durante o ano de 2006 aconteceu a mudança de equipa reitoral e também do conselho administrativo da Universidade.

Órgãos de governo (de 1 de Janeiro de 2006 até 26 de Março de 2006):

Reitor:

Adriano Lopes Gomes Pimpão.

Vice-reitores:

José Ferreira Pereira Ferraz.
Maria Isabel Santana da Cruz.

Pró-reitores:

João Pinto Guerreiro.
Pedro Alfonso Ferre da Ponte.
Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias.

Órgãos de governo (de 27 de Março de 2006 até 31 de Dezembro de 2006):

Reitor:

João Pinto Guerreiro.

Vice-reitores:

Pedro Alfonso Ferre da Ponte.
Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias.
Maria Teresa Coelho Pais Vieira Dinis.

Presidentes dos conselhos directivos das unidades orgânicas:

Faculdade de Engenharia dos Recursos Naturais: Maria Emília Costa.
Faculdade de Ciências do Mar e Ambiente: Maria João da Anunciação Franco Bebianno.

Faculdade de Economia: Paulo Manuel Marques Rodrigues.
Faculdade de Ciências e Tecnologia: José Paulo Soares Pinheiro.
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais: Fernando Ribeiro Gonçalves e a partir de 29 de Junho de 2006, Saul Neves de Jesus.
Escola Superior de Educação: Carolina Moreira da Silva Fernandes de Sousa e a partir de 29 de Novembro de 2006, Jorge Tomás Ferreira dos Santos.
Escola Superior de Tecnologia: Francisco João Magalhães Calhau.
Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo: Ludgero dos Santos Sequeira.
Escola Superior de Saúde de Faro: Nídia Maria Dias Azinheira Rebelo Braz.

De acordo com o balanço social para o ano de 2006, o número de funcionários é de 1254 (31 de Dezembro de 2005: 1287 funcionários), discriminado da seguinte forma:

Relação jurídica de emprego	Sexo	Dirigente	Técnico superior	Informática	Técnico	Técn. profis.	Administrativo (*a*)	Operário	Auxiliar	Docente universitário	Docente politéc.	Docente politéc. auxiliar	Total
Total de efectivos	M	7	42	25	3	15	12	18	30	178	229	2	561
	F	14	71	14	17	45	103	5	72	150	195	7	693
Total		21	113	39	20	60	115	23	102	328	424	9	1 254
Nomeação	M	7	29	25	3	14	11	17	27	96	58	–	287
	F	14	57	14	16	45	101	5	72	62	66	–	452
Total		21	86	39	19	59	112	22	99	158	124	–	739
Contrato administrativo de provimento	M	–	–	–	–	–	–	–	–	78	167	2	247
	F	–	–	–	–	–	–	–	–	88	125	7	220
Total		–	–	–	–	–	–	–	–	166	292	9	467
Contrato de trabalho a termo	M	–	8	–	–	1	1	1	3	–	–	–	14
	F	–	11	–	1	–	2	–	–	–	–	–	14
Total		–	19	–	1	1	3	1	3	–	–	–	28
Prestação de serviços	M	–	4	–	–	–	–	–	–	1	–	–	5
	F	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total		–	4	–	–	–	–	–	–	1	–	–	5
Requisição ou destacamento (*b*)	M	–	–	–	–	–	–	–	–	3	4	–	7
	F	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4	–	4
Total		–	–	–	–	–	–	–	–	3	8	–	11
Outras situações (*c*)	M	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1
	F	–	3	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3
Total		–	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4

(*a*) Inclui o pessoal de chefia.
(*b*) Considerar apenas os funcionários provenientes de outros serviços (o pessoal do serviço que se encontre nestes regimes é contado pelo organismo de destino).
(*c*) Outras situações não contempladas nos agrupamentos principais (designadamente pessoal aposentado autorizado a exercer funções).

8.1.6 — Organização contabilística:

Organização contabilística:

A Universidade do Algarve começou a aplicar o POC-Educação em 2004, segundo a Portaria n.º 794/2000 de 20 de Setembro. A Universidade encontra-se organizada por centros de custos, possuindo cada um deles capacidade para gerar receitas e efectuar despesas.
Como a Universidade se encontra organizada por unidades orgânicas, os serviços de contabilidade encontram-se descentralizados, existindo um sector de contabilidade em cada uma das unidades orgânicas e uma secção de contabilidade nos serviços centrais.
Neste contexto, é possível um adequado grau de descentralização de tarefas em função das competências dos recursos humanos disponíveis, assegurando os serviços centrais a coordenação e o controlo de toda a área financeira.
Os registos e demais procedimentos são efectuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade Pública (Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro), do Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (Portaria n.º 794/200, de 20 de Setembro), de acordo com orientações emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) e ainda nos moldes tradicionais de contabilidade unigráfica.

Manual de procedimentos:

Na Universidade do Algarve existem diversos manuais de procedimentos, tais como: manuais de património, de projectos de investigação, de protocolos. Estes manuais são objecto de conveniente actualização. Encontra-se em fase de desenvolvimento o Manual de Procedimentos Contabilísticos.
Em paralelo criaram-se diversos procedimentos internos, de forma a aumentar a sua eficiência no tratamento contabilístico das suas operações.

Descrição sumária da organização do arquivo dos documentos de suporte:

Despesas — Arquivados por processo de despesa do qual faz parte a proposta de realização de despesa, a requisição oficial, o documento comprovativo da despesa (factura ou documento equivalente), autorização de pagamento, a forma de pagamento e recibo comprovativo do pagamento. Estes processos estão arquivados por ordem de registo.
Receitas — Arquivados por processo de receita do qual faz parte a emissão da factura, o documento de proveito, o comprovativo de recebimentos, o documento de crédito e o documento de receita.
Outras operações — Existe um arquivo de lançamento de POC simples, ou seja todas as operações que não tem directamente um documento de despesa ou de receita, nomeadamente abates, requisição de fundos, transferências entre contas bancárias, guias de descontos, etc. Estes processos encontram-se arquivados por número de registo.

A Universidade do Algarve não possui demonstrações financeiras intercalares, no entanto para conferência periódica são emitidos balancetes analíticos e sintéticos.
Nos termos da legislação em vigor, decreto de execução orçamental e circulares da DGCO e GEFCES, são prestadas contas mensal e trimestralmente na óptica orçamental, aos órgãos de tutela.

Sistema de informação:

As aplicações informáticas da Universidade estão distribuídas por vários serviços e órgãos, entre as quais se destacam as aplicações associadas à área de contabilidade, académica e de recursos humanos.

A aplicação informática na área da contabilidade é a aplicação SIGEF (Sistema Integrado de Gestão Financeira), sendo gerida pelos serviços administrativos e financeiros. Esta aplicação é composta pelos seguintes módulos: Módulo de Contabilidade, Módulo de Gestão de Projectos, Módulo de Facturação e o Módulo de Gestão do Património. Estes módulos encontram-se interligados entre si. A cada unidade orgânica são atribuídos privilégios de acesso a determinadas operações e centros de custo.

O sistema de gestão financeira permite uma visão, com o mesmo nível de detalhe, quer do nível mais baixo (parcial), quer do topo da pirâmide (global), com a correspondente obtenção das demonstrações financeiras da Universidade de Algarve.

A actividade dos serviços académicos é suportada pela aplicação Sophia que disponibiliza vários tipos de serviços através de tecnologias *web*.

Os serviços de recursos humanos utilizam a aplicação RH+ para a gestão de recursos humanos e os respectivos processamentos de abonos.

8.1.7 — Outra informação considerada relevante:

a) Revisão dos registos contabilísticos:

São objecto de conferências através do cruzamento da informação registada no sistema informático de apoio à contabilidade, validando-se a informação gerada pela contabilidade orçamental com os *outputs* extraídos da contabilidade patrimonial.

b) Reconciliações bancárias:

As reconciliações bancárias são efectuadas mensalmente. Sempre que se verificam diferenças, as mesmas são averiguadas e prontamente regularizadas.

8.2 — Notas ao balanço e à demonstração do resultados por natureza do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006:

Introdução:

A Universidade de Algarve, adiante designada por Universidade, utilizou, pela primeira vez em 2004, um sistema de contabilidade digráfico, em paralelo ao sistema do controlo orçamental, sistema unigráfico, da contabilidade pública. A contabilidade pública ou controlo orçamental, tem como objectivo principal a verificação e controlo da legalidade das despesas e receitas, efectuando registos contabilísticos com reporte à data do seu pagamento e do seu recebimento, enquanto que os registos na contabilidade patrimonial assentam numa óptica de direitos e obrigações.

A prestação de contas do exercício de 2004 foi apresentada segundo as instruções para a organização e documentação das contas dos fundos, organismos e serviços com contabilidade orçamental do Tribunal de Contas de publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, de 13 de Novembro de 1985.

A partir do exercício de 2005, as demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC-Educação), aprovado pela Portaria n.º 794/2000 de 20 de Setembro.

As notas que se seguem estão organizadas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC-Educação). Os números não indicados neste anexo não são aplicáveis, ou não são relevantes, para a prestação de contas da Universidade.

8.2.2 — Valores comparativos:

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 são comparáveis, em todos os aspectos significativos, com os valores do exercício de 2005.

8.2.3 — Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

Imobilizado corpóreo e incorpóreo e amortizações:

1 — Imobilizações corpóreas e incorpóreas:

As imobilizações adquiridas até 31 de Dezembro de 2006 encontram-se registadas pelo custo histórico de aquisição, o qual, no caso dos edifícios e outras construções, para além do custo de construção, inclui também os custos incorridos com a fiscalização e com a elaboração dos projectos de arquitectura.

Na nota n.º 8.2.32 encontra-se um quadro exemplificativo com os valores considerados para a construção do balanço inicial em 1 de Janeiro de 2004, onde constam os custos históricos considerados.

Os bens móveis ou imóveis ainda não foram sujeitos a qualquer avaliação. Durante o ano de 2007, pretende-se proceder à avaliação dos bens imóveis, por forma a encontrar um valor razoável e mais actual das imobilizações correntemente valorizados pelo seu custo histórico.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e pelo regime duodecimal, excepto para os edifícios e para os veículos em que se utiliza o método das quotas anuais.

Para o efeito, são utilizadas as taxas máximas estabelecidas pela Portaria n.º 378/94 de 16 de Junho ou Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de Dezembro de 1999.

As taxas médias de amortização são as seguintes (em percentagem):

Edifícios e outras construções	1,25
Outras construções	5,00
Livros e documentação	–
Equipamento de transporte	12,50
Equipamento básico (excluindo livros e documentação)	20,00
Equipamento informático	25,00
Equipamento administrativo	12,50

2 — Investimentos financeiros:

As participações financeiras apresentadas no balanço estão expressas pelo respectivo custo de aquisição.

3 — Transacções em moeda estrangeira:

As transacções em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios vigentes à data da operação.

4 — Reconhecimento de proveitos:

O reconhecimento dos proveitos ocorre no momento da emissão de uma factura (elaboração de estudos, aluguer de equipamentos e instalações, análises laboratoriais).

As transferências obtidas provenientes do Quadro Comunitário de Apoio, da União Europeia, da Fundação para a Ciência e Tecnologia e de outros organismos públicos e privados que se destinam a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício (subsídio à exploração) na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências recebidas para financiar despesas de capital são diferidas no balanço na rubrica de proveitos diferidos, sendo transferidos para proveitos, através da rubrica de ganhos extraordinários, em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

O *plafond* do Orçamento de Estado atribuído para despesas correntes é reconhecido como proveito do exercício (subsídio à exploração) no momento da sua atribuição, por débito de uma conta do activo de outros devedores — Devedores por transferências, sendo esta conta creditada com os recebimentos das requisições de fundos (pedidos de libertação de créditos) efectuadas mensalmente.

A parcela do Orçamento de Estado destinada a despesas de capital é diferida no balanço na rubrica de proveitos diferidos, sendo transferida para proveitos através da rubrica de ganhos extraordinários, em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

5 — Reconhecimento de custos:

A Universidade regista os seus custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os custos são reconhecidos à medida que são incorridos, independentemente do momento em que são pagos.

6 — Provisões:

As provisões para créditos de cobrança duvidosa foram calculadas tendo por base os riscos de cobrança identificados no final do exercício. Para a criação das provisões foram considerados os clientes em mora há mais de 211 dias com excepção das instituições públicas.

As provisões para processos judiciais em curso foram calculadas tendo por base o risco expectável para o desfecho dos processos e a melhor estimativa disponível relativa ao risco expectável.

7 — Enquadramento fiscal:

A Universidade é uma entidade que goza de isenção parcial do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas IRC, uma vez que se encontra sujeita a este imposto apenas por via da retenção na fonte relativamente aos seus rendimentos de aplicação de capitais. A Universidade não está obrigada a entregar a declaração anual de rendimentos.

Relativamente à situação fiscal para efeitos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), a Universidade encontra-se numa situação mista, uma vez que, apesar de suportar esse imposto nas suas aquisições, sendo o mesmo considerado como custo, liquida IVA na parte das receitas realizadas que não se encontram abrangidas pela isenção prevista no código do IVA.

8.2.7, 8.2.8 e 8.2.12 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado corpóreo e incorpóreo:

Pretende-se, nestes pontos, realizar uma análise aos movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões.

Activo bruto:

(Em euros)

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações, abates e regular.	Transrências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Propriedade industrial e outros direitos	118 714	–	–	–	118 714
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	788 176	–	–	–	788 176
Edifícios e outras construções	48 664 212	277 972	1 736 280	(4 926 609)	52 132 513
Equipamento e material básico	21 486 298	2 432 864	273 270	514 557	23 131 335
Equipamento de transporte	752 543	28 960	–	–	781 503
Ferramentas e utensílios	164 855	5 129	1 095	–	168 889
Equipamento administrativo	11 477 159	282 622	369 962	–	11 389 819
Taras e vasilhame	483	–	–	–	483
Obras de arte	9 329	–	–	–	9 329
Outras imobilizações corpóreas	1 033 864	61 948	14 012	–	1 081 800
Imobilizações em curso	5 288 679	3 112 734		(4 926 609)	3 474 804
Adiantamentos por conta de imobiliz. corpóreas	–	–	–	–	–
	89 665 598	6 202 228	2 394 618	514 557	92 958 652
	89 784 312	6 202 228	2 394 618	514 557	93 077 366

Amortizações e provisões:

	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	79 139	39 575	–	118 714
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	5 270 624	877 914	1 575 703	7 724 242
Equipamento e material básico	13 446 940	1 483 218	— 261 442	14 668 716
Equipamento de transporte	601 371	44 659	65 722	711 752
Ferramentas e utensílios	153 305	5 604	— 1 095	157 815
Equipamento administrativo	10 044 810	616 687	— 369 530	10 291 967
Taras e vasilhame	483	–	–	483
Obras de arte	–	–	–	–
Outras imobilizações corpóreas	630 271	124 008	— 11 095	743 184
	30 147 805	3 152 092	(998 263)	34 298 159
	30 226 943	3 191 667	(998 263)	34 416 874

Os valores de regularizações que aparecem dizem respeito a correcções de amortizações acumuladas, regularizações reflectidas na conta de subsídios ao investimento e regularizações reflectidas na conta de resultados transitados.

Terrenos e recursos naturais:

Esta rubrica inclui, fundamentalmente, os terrenos onde estão implantados os edifícios da reitoria, unidades orgânicas, dos serviços, dos complexos pedagógicos, biblioteca, laboratórios e arranjos exteriores.

O custo de aquisição dos terrenos foi de 788 176 euros. Em 2006, esta conta não sofreu qualquer aumento.

Edifícios e outras construções:

Esta rubrica inclui a construção dos edifícios da reitoria, das unidades orgânicas, dos serviços, complexos pedagógicos, biblioteca, laboratórios, arranjos exteriores e outros bens imobiliários. De salientar que não se considerou o imóvel da Escola Superior de Saúde de Faro por não ter sido possível incluir o seu custo de construção, uma vez que se aguarda todavia a publicação do despacho conjunto previsto no Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março.

Encontra-se registado no balanço da Universidade a construção de pré-fabricados no Pólo de Portimão, correntemente a serem utilizados para aulas, edificados em propriedade alheia, no valor de 156 782,40 euros, assim como os custos de construção do anfiteatro no mesmo Pólo, no valor de 121 189,60 euros. Para estas edificações foi estimado um período de vida útil de dez anos, considerando tanto os pré-fabricados, como o anfiteatro, como activos reversíveis.

Foi também suportado pelo orçamento da Universidade e encontra-se patente no balanço o valor incorrido com a ampliação de salas de aula, no edifício da Escola Superior de Saúde, considerado igualmente como propriedade alheia.

As transferências registadas na conta dos edifícios e outras construções no ano de 2006 no valor 4 926 609 euros, deve-se à passagem de construções concluídas nesse ano económico, que se encontravam registadas em imobilizações em curso — arranjos exteriores do Campus da Penha, no valor de 478 221 euros, a ampliação da Escola Superior de Tecnologia (3B), no valor 4 308 041 euros, adaptação de laboratórios para implantação de um Biotério, no valor de 140 346 euros.

O valor indicado nas regularizações dizem respeito a correcção de valores do balanço inicial de 2004, nomeadamente da cantina de Gambelas, cujo custo de construção foi integralmente suportado pelo orçamento dos serviços de acção social da Universidade do Algarve, pelo que consta no balanço desses serviços.

Equipamento básico e administrativo:

Inclui, fundamentalmente, o equipamento informático, o equipamento de laboratório, o mobiliário de ensino e de investigação e os livros da biblioteca. De salientar que não se considerou o equipamento da Escola Superior de Saúde de Faro, por não ter sido possível incluir o seu custo de aquisição, uma vez que se aguarda todavia a publicação do despacho conjunto previsto no Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março.

A listagem dos bens adquiridos durante o ano de 2006 encontra-se em documento próprio que acompanha a conta de gerência a Universidade.

Equipamento de transporte:

Esta rubrica inclui os veículos ligeiros, de mercadorias, tractores, autocarros e barcos adquiridos pela Universidade do Algarve. O custo de aquisição foi cerca de 752 543 euros. Em 2006, esta rubrica sofreu um aumento no valor de 28 960 euros, devido à aquisição de um tractor, no âmbito do programa do reequipamento científico.

Alienações e abates:

Os abates efectuados no ano de 2006 devem-se essencialmente à obsolescência do equipamento, sendo apenas alguns casos devido à retoma de equipamento.

Imobilizado em curso:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ocorreram transferências de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo, tal como já foi referido anteriormente, relativamente aos arranjos exteriores do Campus da Penha e da ampliação do edifício da Escola Superior de Tecnologia (3B).

No final de 2006, o imobilizado em curso é o que se discrimina no quadro abaixo.

Imobilizado em curso

	Valor do investimento
2.ª Fase da Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente	3 192 329
Campus Universitário de Portimão	132 551
Remodelação Laboratório Tecnologia Alimentar — EST	58 514
Laborat. Desenvolv. Novos Prod. Análise Sensorial — EST	36 879
Reconversão dos Laborat. de Microbiologia e Biologia — EST	22 869
Complexo Pedagógico da Penha - Arranjos Exteriores	29 772
Outras imobilizações em curso	1 891
	3 474 804

Cedência de bens:

Para a cedência de bens são cumpridas as disposições legais exigidas, ou seja, o equipamento apenas é cedido após autorização formal do dirigente máximo da instituição e aceitação por parte da instituição de destino. O documento inerente a este processo é um auto de cessão.

8.2.16 — Investimentos financeiros:

(Em euros)

Designação	Sede	Participação (percentagem)	Custo de aquisição	Capitais próprios	Data
AmbiFaro, S. A.	Faro	4,99	2 494	50 030	31-12-2005
Globalgarve, S. A.	Faro	1,37	2 500	182 000	31-12-2005
			4 994		

A AmbiFaro — Agência para o Desenvolvimento Económico de Faro, S. A., foi criada em 1996 no seguimento de uma das principais linhas de acção do Plano Estratégico de Faro, com o objectivo de garantir a execução de alguns projectos inovadores na área da promoção e desenvolvimento sustentável.

Os objectivos da AmbiFaro são: promoção externa da cidade, contribuir para a melhoria do ambiente urbano, captar investimentos, contribuir para a realização de projectos estruturantes no conselho e criar incentivos ao desenvolvimento de empresa e auto-emprego.

A Globalgarve, S. A., é uma associação de desenvolvimento regional, que tem como objecto social, e de acordo com os seus estatutos, promover e executar acções relacionadas com o desenvolvimento endógeno, nomeadamente estudos e planificação, desenvolvimento ou gestão de infra-estruturas, valorização de recursos, serviços a empresas, serviços a colectividades territoriais, acções de formação e acções internacionais, como participação em organizações da União Europeia e cooperação.

Esta associação visa ainda:

a) A promoção e execução de projectos subvencionados ou não, destinados ao reforço das infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento local, à criação de acções de valorização/revalorização do potencial económico endógeno da região e ao desenvolvimento de estruturas interinstitucionais para a concretização de acções visando o aproveitamento e potenciação de recursos;

b) a promoção e execução de projectos interinstitucionais de informação, formação e desenvolvimento económico;

c) a promoção dos recursos da região, dentro e fora do território nacional;

d) a promoção e execução de projectos de cooperação regional, no âmbito internacional, de resultados económicos, sociais e culturais.

8.2.17 — Depósitos em instituições financeiras e caixa:

(Em euros)

	2006	2005
Depósitos à ordem:		
Caixa Geral de Depósitos	5 166 898	5 461 804
Depósitos em instituições financeiras	5 166 898	5 461 804

8.2.19 — Valores de mercado dos elementos do activo circulante:

Não se considera existirem diferenças materialmente relevantes entre o valor contabilístico e o valor de mercado dos elementos que integram o activo circulante.

8.2.23 — Dívidas de cobrança duvidosa:

Em 31 de Dezembro de 2006 existiam dívidas de clientes de cobrança duvidosa, no montante de 62 406 euros (v. o ponto 8.2.31). Está constituída uma provisão cobrindo a totalidade do valor em dívida.

Foram cobrados valores que estavam em cobrança duvidosa no valor de 18 169,41 euros durante o ano de 2006.

8.2.26 — Estado e outros entes públicos:

Em 31 de Dezembro de 2006 não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram os seguintes:

(Em euros)

	2006	2005
Retenção do imposto sobre o rendimento	12 460,0	896,0
Imposto sobre o valor acrescentado	118 688,0	68 371,0
Contribuições para a segurança social	38,0	38,0
Caixa Geral de Aposentações	822,7	(88,2)
Imposto de selo	–	–
	132 008,0	69 217,0

8.2.27 — Dívidas a terceiros — Médio e longo prazos:

Existe uma dívida da Universidade à ADSE, relativa a documentos emitidos por esta nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003 que ainda não foram liquidadas. Essa dívida é do conhecimento do conselho administrativo da Universidade, facto que se pode observar na leitura das actas das reuniões desse conselho. O valor da dívida é de 864 360,46 euros, que pode ser observada no balanço, na conta de outros devedores (26.8.9). Colocou-se esta dívida no médio e longo prazos, uma vez que a expectativa de pagamento da mesma supera um ano.

8.2.31 — Movimento ocorrido na rubrica de provisões:

Os movimentos ocorridos nas rubricas de provisões analisa-se da seguinte forma:

	Saldo inicial	Reforço	Redução	Saldo final
Provisão para cobranças duvidosas (v nota n º 23)	43 066	37 510	18 169	62 406
Provisão para processos judiciais em curso	–	261 081	–	261 081
	43 066	298 591	18 169	323 487

8.2.32 — Fundos próprios:

Esta rubrica analisa-se da seguinte forma:

	Saldo inicial	Movimentos	Saldo final
Património	2 461 312	(514 557)	1 946 754
Reservas de reavaliação	–	–	–
Reservas	67 531	110 495	178 026
Outros acertos patrimoniais	87 146	1 391	88 537
Resultados transitados	(225 989)	(471 096)	(697 085)
Resultado líquido:			
Exercício de 2005	455 115	(455 115)	–
Exercício de 2006	–	435 628	435 628
	2 845 114	(893 254)	1 951 860

Património:

Corresponde ao resultado da quantificação e valorização do património líquido efectuado com referência a 1 de Janeiro de 2004, data a partir da qual a Universidade de Algarve adoptou, pela primeira vez, um sistema de contabilidade digráfico.

No quadro seguinte apresentam-se os valores considerados para o balanço inicial da Universidade do Algarve datado de 1 de Janeiro de 2004:

Código das contas	Descrição	Débito	Crédito
12	Depósitos bancários	3 339 658,93	–
21	Dividas de terceiros	262 192,39	–
24/26	Dividas a terceiros	–	79 815,83
27.3	Acréscimos de custos	–	4 481 834,14
27.4	Proveitos diferidos	–	54 095 965,39
41	Investimentos financeiros	4 994,00	–
42	Imobilizações corpóreas — Activo liquido	43 104 673,91	–
44	Imobilizado em curso	14 407 407,75	–
48	Amortizações acumuladas	–	–
51	Dotação patrimonial inicial	–	2 461 311,62
	Total	61 118 926,98	61 118 926,98

Foi feita uma correcção ao valor do património inicial, no valor de 514 557 euros, por ter sido detectado o lançamento incorrecto do valor de um livro, quando da migração dos dados relativos aos bens inventariados em data anterior a 1 de Janeiro de 2004.

Assim sendo, o valor do património inicial da Universidade passou a ser de 1 946 754 euros.

Reservas:

O valor constante na conta de reservas diz respeito às doações de livros de outras entidades ou particulares à Universidade do Algarve. Esta conta sofreu um aumento de 110 495 euros em 2006.

Outros acertos patrimoniais:

O valor constante na conta de outros acertos patrimoniais diz respeito a bens móveis não inventariados aquando da sua aquisição e destina-se a acertos posteriores aos valores inicialmente registados. Esta conta sofreu um aumento de apenas 1391 euros em 2006.

Resultados transitados:

O movimento ocorrido na rubrica de resultados transitados corresponde à aplicação do resultado líquido apurado nos exercícios de 2004 e 2005 (455 115 euros).

Nesta conta estão também espelhadas correcções efectuadas durante 2006 relativas a movimentos de anos anteriores que, pela sua expressão financeira, são susceptíveis de alterar o património inicialmente registado no balanço inicial, de 2004.

Os movimentos dizem respeito a:

Acertos das amortizações acumuladas dos veículos (61 850 euros);
Dívida de anos anteriores da ADSE (864 360 euros).

8.2.35 — Vendas e prestação de serviços:

A rubrica de vendas e prestação de serviços analisa-se da seguinte forma:

(Em euros)

	2006	2005
Vendas	91 896	107 183
Prestação de serviços:		
Realização de trabalhos gráficos	9 424	6 084
Outros serviços ao exterior:		
Realização estudos	746 606	1 032 853
Assistência técnica	2 066	703
Serviços de laboratório	279 504	263 601
Serviços diversos:		
Inscrições em acções de formação	174 985	96 927
Inscrições em semin. e congressos	48 306	13 570
Outros	223 793	168 139
	1 484 685	1 581 876
	1 576 581	1 689 059

A generalidade das prestações de serviços acima referida foi efectuada no mercado interno.

Estudos e assistência técnica:

Os serviços prestados ao exterior inserem-se na realização de estudos e de assistência técnica solicitados por empresas. O reconhecimento do proveito é efectuado de acordo com o referido no ponto 4.

8.2.36 — Trabalhos para a própria empresa:

Os valores considerados como trabalhos para a própria empresa é o custo da mão de obra de docentes e não docentes da Universidade do Algarve quando aplicados nas imobilizações em curso. Durante o ano de 2006 esse valor foi zero.

8.2.37 — Demonstração dos resultados financeiros:

A conta de custos e perdas financeiras decompõe-se da seguinte forma:

	2006	2005
68.1 — Juros suportados	3 194	–
68.8 — Despesas bancárias	114	3 009
68.8 — Outros	3 819	134
	7 128	3 143

A conta de proveitos e ganhos financeiros decompõe-se da seguinte forma:

(Em euros)

	2006	2005
78.1 — Juros obtidos	112 452	71 373
78.8 — Outros	–	–
	112 452	71 373

8.2.38 — Demonstração dos resultados extraordinários:

A conta de custos e perdas extraordinárias decompõe-se da seguinte forma:

	2006	2005
69.4 — Perdas em imobilizações	15 176	15 781
69.5 — Multas e penalidades	288	22
69.7 — Correcções relativas a exercícios anteriores	161 416	12 807
69.8 — Outros	178	375
	177 059	28 986

A rubrica de proveitos e ganhos extraordinários decompõe-se da seguinte forma:

	2006	2005
79.4 — Ganhos em imobilizações	1 640	1 131
79.6 — Redução de amortizações e provisões	18 169	8 244
79.7 — Correcções relativas exercícios anteriores	119 500	11 147
79.8.3 — Subsídios ao investimento	1 935 549	1 604 161
79.8.8 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	16 731	14 610
	2 091 588	1 639 293

Nas correcções relativas a exercícios anteriores, na conta 69.7 encontram-se lançamentos diversos:

Relacionados com a correcção das amortizações acumuladas relativo a edifícios e outras construções, no valor de 75 038 euros;
Nota de débito de juros da obra da ampliação da EST, que se encontrava registada como imobilização corpórea, no valor de 76 695 euros;
Correcções diversas no valor de 9683 euros.

Nas correcções relativas a exercícios anteriores, na conta 79.7 encontram-se lançamentos diversos:

Relacionados com a correcção do subsídio ao investimento relativo à cantina de Gambelas, no valor de 40 098 euros;
Relativo a lançamentos ocorridos em 2005 relativo acréscimos de custos, no valor de 79 387 euros.
Correcções diversas no valor de 14 euros.

As contas de perdas/ganhos em imobilizações relacionam-se com o abate dos bens de imobilizado ocorrido em 2006.

O valor considerado na conta de subsídios ao investimento corresponde à amortização dos bens adquiridos através de subsídios recebidos no exercício, de acordo com o referido no ponto 4.

8.2.39 — Outras Informações para melhor compreensão das demonstrações financeiras:

Outros credores diversos:

Tal como explicado no ponto 8.2.27, encontra-se espelhada no balanço, na conta de credores diversos a médio e longo prazo, a dívida da Universidade à ADSE, relativa a documentos emitidos por esta nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003 que ainda não foram liquidadas. O valor da dívida é de 864 360,46 euros.

Fornecedores:

No quadro seguinte analisa-se o volume de pagamentos por entidade fornecedora:

(Em euros)

	2006
Fornecedores, c/c:	
Conforlimpa (Tejo) — Limpezas Industriais, L.da	769 390
Previcol — Sociedade de Prevenção e Controle, L.da	703 913
EDP Comercial — Comercialização de Energia, S. A.	682 527
EDP-Distribuição, S. A.	655 413
Ambiente e Jardim, L.da	429 022
FCCN — Fundação p/ Computação Científ. Nacional	386 580
Fagar-Faro — Gestão de Águas e Resíduos, E. M.	316 514
Universitetet I Bergen	313 199
PT-Prime — Soluções Empresariais, S. A.	307 865
TecnoSpie, SA	249 119
VWR International — Material de Laboratório, L.da	168 428
Datinfor-Informática — Serviços e Estudos, L.da	164 587
Petrogal, S. A.	153 062
Lusodoc, L.da	150 684
Correios de Portugal	126 363
PT Comunicações, S. A.	113 489
Sigma — Aldricht Química, S. A.	106 669
IFREMER — Institut Français de Recherche pour l'Exploitation de la Mer	103 223
Canon — Copicanola, S. A.	102 346
Viagens Abreu, S. A.	100 315
Outros inferiores a 100 000 euros	5 786 895
	11 889 603

Nos fornecedores de imobilizado constam as entidades associadas à adjudicação de empreitadas, pelo que se observam valores significativos. Também se incluem as grandes aquisições de equipamento no âmbito do programa do reequipamento científico.

	2006
Fornecedores de imobilizado:	
Construções Gabriel A. S. Couto, S. A.	2 514 036
Panalytical B V — Sucursal em Portugal	279 325
INFRASUL — Construções e Infra-estruturas, L.da	171 771
Fluxograma — Equipam. e Organiz. de Empresas	138 614
Obrecol — Obras e Construções, S. A.	132 432
CPC — Informática e Sistemas	130 754
Tecnag — Construções, L.da	124 343
Déc. Medida — Instrumentação, Controlo Telecomunicações, S. A.	105 272
Biocitek — Equipamentos de Diagnóstico, S. A.	79 061
Visual Forma — Formação e Programação Novas Tecnologias	77 861
Bemposta — Investimentos Turísticos do Algarve	76 695
IPNT — Infor. Prog. e Novas Tecnologias, L.da	76 513
Qlabo — Equip. Lab. & Serviços, L.da	75 973
Unicam — Sistemas Analíticos, L.da	75 400
Algardata, S. A.	58 612
Dias de Sousa — Instrum. Analítica Científica, S. A.	53 766
CPCis — Comp. Portuguesa Computadores, Informática e Sistemas, S. A.	50 840
Júlio Logrado Figueiredo, L.da	50 578
Outros inferiores a 50 000 euros	1 545 505
	5 817 352

Clientes:

No quadro seguinte encontram-se os clientes da Universidade. Os maiores clientes respeitam a prestações de serviços efectuadas com suporte em protocolos de colaboração e acordos específicos.

(Em euros)

	2006
Clientes, c/c:	
Direcção-Geral do Turismo	164 300
CCDR Algarve	148 039
Águas do Algarve	54 320
Associação de Turismo do Algarve	31 037
Banco Santander Totta, S. A.	25 000
Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil	24 200
Direcção Regional da Economia do Algarve	23 500
Banco Espírito Santo, AS	21 175
Algar — Valorização Tratam. Resíduos Sólidos, S. A.	20 191
Ana — Aeroportos de Portugal, S. A.	19 012
Direcção-Geral de Inovação e Desenvolv. Curricular	18 309
Centro de Ciências do Mar do Algarve	14 245
Município de Albufeira	13 560
Município de Faro	9 895
Outros inferiores a 10 000 euros	156 359
	743 142
Clientes de cobrança duvidosa:	
Viveiro Vila Nova, S. A.	27 220
Dinternal — Distribuidora Intern. de Livros, L.da	5 755
Associação Académica da Universidade do Algarve	4 849
Sisaqua — Sistemas de Saneam. Básico, L.da	3 232
Fundação Irene Rolo	2 400
Centro de Abates de Aves Bela Salema	2 072
Kevin Wilkinson — University of Montreal	1 250
AS Epaminondas, L.da	1 088
Qualigénese — Investigação e Formação, L.da	1 000
Outros inferiores a 1 000 euros	13 541
	62 406

Acréscimos de proveitos e custos diferidos:

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

	2006	2005
Acréscimos de proveitos:		
Projectos de investigação	–	139 776
Outros acréscimos de proveitos	230 279	133 101
	230 279	272 877
Custos diferidos:		
Seguros liquidados	10 107	418
Outros custos diferidos	142 428	12 966
	152 535	13 385

Nos acréscimos de proveitos consideram-se a especialização dos empréstimos atribuídos de outros centros de custo para financiar projectos de investigação e desenvolvimento. No final de 2006, não haviam verbas emprestadas pendentes de devolução. Nos outros acréscimos de proveitos estão considerados prestações de serviços efectuadas num ano económico de 2006, mas recebidas no ano económico seguinte, compensações de gastos de água, luz e telefones e Bolsas de Investigação — Custos de Formação enviadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Nos custos diferidos estão considerados despesas ocorridas no exercício cujo consumo se verificará em exercícios posteriores, nomeadamente: licenças de *software*, contratos de assistência técnica, quotas, bolsas de Erasmus e seguros.

Acréscimos de custos e proveitos diferidos:

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

	2006	2005
Acréscimo de custos:		
Seguros a liquidar	9	172
Estimativa para férias e subs. de férias	4 963 975	5 018 420
Outros acréscimos de custos	1 046 857	1 058 338
	6 010 842	6 076 930

(Em euros)

	2006	2005
Proveitos diferidos:		
Projectos de investigação	419 213	678 637
Subsídios ao investimento	54 339 210	55 293 622
Propinas de licenciatura e bacharelato	979 766	972 026
	55 738 189	56 944 285

Nos acréscimos de custos consideram-se as despesas ocorridas em exercícios seguintes, mas que o consumo seja no próprio exercício, como seja os seguros a liquidar (de equipamento), consumo da água, energia, telefone e a estimativa para as remunerações com férias e subsídio de férias, cujo processamento terá lugar no exercício seguinte.

Impostos e taxas:

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

	2006	2005
Propinas:		
De licenciaturas	5 598 592	5 202 225
De pós-graduação	227 609	156 138
De mestrados e doutoramentos	526 065	789 443
	6 352 267	6 147 806
Taxas de matrícula	5 236	2 404
Multas	31 675	38 479
Seguro escolar	856	3 166
Taxas de melhorias de nota	984	2 600
Emolumentos	508 391	391 637
Taxas de exames	248	48
Outras taxas	20 332	21 205
Outras penalidades	402	10
Reembolsos e restituições	2 701	3 672
	6 923 091	6 611 025

As propinas de formação inicial são reconhecidas como proveito de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As propinas relativas a mestrados e doutoramentos são apenas reconhecidas quando recebidas.

Proveitos suplementares:

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

	2006	2005
Aluguer de equipamento	390	— 1 517
Aluguer instalações	92 037	59 696
Patrocínios	24 197	21 786
Outros proveitos suplementares:		
Compensação água e luz	1 501	1 279
Compensação telefones	3 505	3 326
Compensação gás	–	288 320
Reposições	63 882	53 908
Outros	135 207	169 661
	320 719	308 428

Os valores considerados nesta conta referem-se a aluguer de instalações e a outros proveitos, que compreendem as compensações recebidas de água e electricidade pagas por entidades externas que utilizem as instalações da Universidade.

Compreende igualmente a devolução de verbas relativas a custos com telemóveis, para cumprimento dos limites impostos pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/2002, publicada no *Diário da República*, Série B, n.º 195, de 24 de Agosto, e as reposições de verbas pagas indevidamente ao longo do ano económico e de anos económicos anteriores.

Transferências e subsídios correntes obtidos:

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

(Em euros)

	2006	2005
Administração central:		
Orçamento de Estado	34 880 928	35 450 572
Estado — Part. port. em projectos co-financiados	9 017	–
Estado — Part. comum em projectos co-financiados	309 647	–
Serviços e fundos autónomos — Serviços de acção social	200 000	214 500
Serviços e fundos autónomos — FCT	2 910	–
SFA — Part. portuguesa em projectos co-financiados	1 104 253	1 743 792
SFA — Part. comum em projectos co-financiados	2 056 682	931 445
	38 563 437	38 340 309
Administração local	10 000	–
Segurança social	610 969	623 193
Instituições sem fins lucrativos	149 017	159 417
União Europeia:		
Instituições	1 491 928	1 502 713
Países membros	217 046	398 596
	2 478 961	2 683 918
Transferências de outros países	21 787	22 889
Outras transferências correntes	27 889	44 097
Transferências internas	— 49 588	(692 509)
	88	— 625 523
	41 042 486	40 398 705

Administração central:

Corresponde ao *plafond* atribuído pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, PIDDAC, e outros subsídios à exploração provenientes do Orçamento do Estado à Universidade de Algarve, com a finalidade de financiar as suas despesas correntes, assim como as transferências, no âmbito dos projectos ID, relativas à participação portuguesa e comunitária nesses projectos co-financiados. Incluem-se igualmente as transferências dos serviços e fundos e autónomos, nos quais se destacam as transferências efectuadas pelos serviços de acção social para a Universidade.

Outras transferências:

Todos os outros subsídios à exploração, não provenientes da administração central, referem-se fundamentalmente a transferência para projectos de investigação e unidades I&D celebrados em parceria com outras entidades, normalmente de duração plurianual.

As principais entidades financiadoras destes projectos são:

Fundação para a ciência e tecnologia, através do programa operacional Ciência e Inovação 2010 (POCI), programa de financiamento plurianual de unidades de I&D comparticipação nacional, programa operacional sociedade do conhecimento (POS-C) e através de fundos do FEDER;

Comissão Europeia: financia projectos de investigação específicos, normalmente desenvolvidos por várias entidades parceiras;

Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional: O Interreg III B é destinado à cooperação transnacional entre autoridades nacionais, regionais e locais, a fim de promover um mais elevado nível de integração territorial.

Transferências internas:

Corresponde ao saldo líquido da transferência contabilística de subsídios inicialmente classificados como subsídios ao investimento para subsídios à exploração e vice-versa. Trata-se de uma conta para tratamento de movimentos que ocorrem internamente entre centros de custo da Universidade.

Fornecimentos e serviços externos:

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

(Em euros)

	2006	2005
Electricidade	673 481	509 976
Combustível	85 433	82 817
Água	147 461	154 494
Outros fluidos	2 603	9 901
Ferramentas e utensílios desgaste rápido (mat. laboratório)	125 715	141 918
Livros e documentação técnica	4 513	10 559
Material de escritório	211 001	249 241
Artigos para oferta	21 771	29 251
Rendas e alugueres	21 404	34 235
Despesas de representação	45 623	82 791
Correios	55 935	52 203
Comunicações — Telefones e faxes	591 883	279 446
Comunicações — Telemóveis	54 918	67 283
Outras comunicações	11 748	372 659
Seguros	31 231	86 037
Transporte de mercadorias	1 107	2 898
Transporte de pessoal	1 212	207
Deslocações e estadas	396 048	445 915
Honorários	1 237 792	1 066 418
Conservação e reparação	333 311	436 966
Publicidade e propaganda	79 109	137 301
Limpeza, higiene e conforto	672 316	584 650
Vigilância e segurança	425 373	428 386
Trabalhos especializados	874 578	1 085 879
Material lúdico e didáctico	4 651	9 331
Produtos químicos (reagentes)	313 566	523 793
Material de transporte — peças	8 772	1 702
Participação em congressos e seminários	72 763	83 653
Inscrições em cursos de formação	59 575	15 028
Outros fornecimentos e serviços	549 131	742 740
	7 114 024	7 727 676

	2006	2005
Impostos e taxas	28 238	1 062
Bolsas	1 662 475	1 754 053
Restituições	112 952	63 565
Quotizações	78 111	61 800
Outras	8 455	19 472
	1 890 231	1 899 952

Custos com o pessoal:

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

	2006	2005
Remunerações base:		
Pessoal do quadro	14 273 138	13 830 295
Pessoal além do quadro	14 664 625	14 758 849
Pessoal contratado	490 092	267 313
Pessoal aguardando aposentação	21 732	10 428
Pessoal outra situação	508 386	737 876
Pessoal em regime de tarefa e avença	33 021	36 515
	29 990 995	29 641 276
Outras remunerações:		
Subsídio de férias e de Natal	5 096 185	4 997 792
Subsídio alimentação	957 471	925 587
Ajudas de custo	222 773	264 060
Gratificações	215 119	232 715
Abono para falhas	1 831	1 842
Trabalho extraordinário	35 573	41 918
Vestuário e artigos pessoais	2 655	4 540
Trabalho nocturno	6 589	6 023

(Em euros)

	2006	2005
Prestações sociais directas	96 394	92 021
Por doença, maternidade e paternidade	268 174	242 473
Outras remunerações variáveis	54 326	80 731
	6 957 089	6 889 702
Encargos sobre remunerações	148 869	56 819
Outros custos com pessoal	914 763	928 608
	38 011 716	37 516 403

O número do pessoal ao serviço da Universidade de Algarve é de 1254, dos quais 761 corresponde a pessoal docente e 493 a pessoal não docente.

A rubrica de outros custos com pessoal inclui, essencialmente, os pagamentos a funcionários da Universidade, que prestam serviços noutros organismos, nos termos do disposto na alínea *j*) do artigo 70.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária. Estes organismos efectuam transferências para a Universidade, suportadas por protocolo e devidamente facturadas respeitando as regras fiscais. A Universidade posteriormente procede ao pagamento aos seus funcionários. Para além disto, insere-se nesta conta orientações de estágio, leccionação de aulas nos complementos de formação e nos mestrados.

8.3 — Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução:

Os diferentes quadros previstos neste ponto são apresentados em conjunto na instrução da conta de gerência da Universidade, nomeadamente os quadros dos pontos 8.3.1.1 (alterações orçamentais — despesa), 8.3.1.2 (alterações orçamentais — Receita), 8.3.2.1 (contratação administrativa — situação dos contratos), 8.3.2.2 (contratação administrativa — formas de adjudicação), 8.3.3 (execução de programas e projectos de investimento), 8.3.4.1 (transferências correntes — despesa), 8.3.4.2 (transferências de capital — despesa), 8.3.4.3 (subsídios concedidos), 8.3.4.4 (transferências correntes — receita) e 8.3.4.5 (transferências de capital — receita).

8.4 — Notas sobre a contabilidade analítica:

Encontra-se em curso, na Universidade, o processo para implementação da contabilidade analítica, a ser desenvolvido por uma equipa de projecto constituída por vários elementos transversais às unidades orgânicas e serviços centrais.

27 de Abril de 2007. — O Conselho Administrativo: *João Pinto Guerreiro,* reitor — *Pedro Alfonso Ferré da Ponte,* vice-reitor — *Maria Teresa Coelho Pais Vieira Dinis,* vice-reitora — *Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias,* vice-reitora — *Fernando Martins dos Santos,* administrador — *Lívia Cristina Andrade Rodrigues Borges,* directora dos serviços administrativos e financeiros — *Pedro Daniel de Carvalho da Cunha Barros,* aluno.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução e responsabilidades*. — Examinámos as demonstrações financeiras da Universidade do Algarve (adiante também designada por Universidade ou UALG), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um activo líquido de 64 958 341 euros e um total de fundos próprios de 1 951 860 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 435 628 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do conselho administrativo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Universidade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

2 — *Âmbito*. — Excepto quanto às limitações descritas nos pontos 3 a 6 seguintes, o nosso exame foi efectuado de acordo com as

Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu: (*i*) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho administrativo, utilizadas na sua preparação; (*ii*) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (*iii*) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (*iv*) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Reservas*. — Os sistemas de informação e controlo interno contabilístico evidenciam fraquezas quanto à conferência e reconciliação dos saldos e registos contabilísticos, ao controlo e salvaguarda dos activos e quanto ao controlo dos custos, proveitos e dos resultados das actividades desenvolvidas pela UALG por ausência de um sistema de contabilidade analítica. Pelo facto de não estar ainda implementada a contabilidade analítica na UALG, os anexos às demonstrações financeiras não integram as informações previstas no Anexo 8.4 — Notas sobre a contabilidade analítica.

4 — A Universidade dispõe de inventário do imobilizado, no entanto, não têm sido realizadas contagens físicas para a totalidade dos bens com o objectivo de confirmar, entre outros aspectos, a existência física dos activos, a sua operacionalidade e a compatibilização entre os registos do inventário e os registos contabilísticos.

5 — As bibliotecas da UALG incluem livros e documentação técnica, contabilizados em imobilizações corpóreas por 3 200 000 euros, que não foram objecto de amortização e em relação aos quais não se conhece o seu valor actual.

6 — Não fomos ainda habilitados com respostas aos pedidos de confirmação de saldos solicitados pela UALG no âmbito da revisão das contas, designadamente de uma instituição de crédito e de algumas entidades financiadoras. Permanecem também por reconciliar confirmações de saldos obtidas mas que divergem dos registos contabilísticos.

7 — As faculdades e escolas superiores que integram o Grupo Público UALG não apresentam, ainda, contas autónomas conforme dispõe o POCE e o Regime de Administração Financeira do Estado. Por esse facto, as operações das unidades orgânicas são directamente integradas nos registos contabilísticos e nas demonstrações financeiras da UALG.

8 — O imóvel e alguns equipamentos da Escola Superior de Saúde de Faro (ESSaF), em utilização pela UALG, e o imóvel da Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve, não estão relevados nas contas. O registo do imóvel da ESSaF em nome da UALG e a sua contabilização dependem de despacho conjunto dos Ministros das Finanças, da Educação e da Saúde, conforme o Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março.

9 — Com base nas confirmações de saldos obtidas dos fornecedores e da análise dos principais contratos e contas correntes dos fornecedores, identificámos dívidas a fornecedores de imobilizado de 2005, contabilizadas em 2006, de cerca de 365 000 euros e dívidas de 2006, contabilizadas em 2007 de cerca de 344 000 euros, sendo que os compromissos não foram relevados nas contas orçamentais de 2005 e de 2006. Por outro lado, cerca de 794 000 euros de dívidas a fornecedores conta corrente estão relevadas em acréscimos de custos e também não constam nas contas orçamentais de 2006 como compromissos. Estas situações resultam segundo a UALG de limitações da aplicação informática da contabilidade.

10 — Os proveitos diferidos incluem cerca de 830 000 euros de propinas de formação inicial que deveriam ter sido reconhecidos como proveitos em exercícios anteriores e subsídios de 2 658 000 euros relacionados com activos não depreciáveis (terrenos; obras de arte e livros e documentação técnica), os quais, de acordo com o POCE, deveriam estar contabilizados nos fundos próprios na conta subsídios.

11 — Os resultados transitados foram debitados em cerca de 864 000 euros pelo reconhecimento de dívidas anteriores a 2004. Em virtude de se tratar de um passivo conhecido quando da contabilização dos saldos de abertura para implementação do POCE, deveria ter sido contabilizado a débito da conta de património.

12 — *Opinião*. — Em nossa opinião, excepto quanto aos eventuais efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos pontos 3 a 6, e quanto às situações antes descritas nos pontos 7 a 11, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Universidade do Algarve em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e previstos no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação.

13 — *Ênfases*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

13.1 — As demonstrações financeiras da UALG foram examinadas pela primeira vez com vista à certificação legal de contas de 2006 e a apresentação das primeiras demonstrações financeiras elaboradas de acordo Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação, aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro, verificou-se no exercício de 2005.

13.2 — A Universidade do Algarve, enquanto entidade-mãe de um grupo público, irá apresentar pela primeira vez contas consolidadas referentes ao ano de 2006.

13.3 — As demonstrações financeiras de 2006 integram diversas correcções referentes a exercícios anteriores fundamentalmente ao nível das imobilizações corpóreas, amortizações acumuladas, proveitos diferidos, património e resultados transitados, conforme divulgado nas notas às contas de 2006.

13.4 — Em virtude do elevado grau de incerteza quanto ao recebimento das propinas e respectivas multas relativas a alunos que desistiram de frequentar a UALG, não foram contabilizados os correspondentes proveitos e valores a receber de 664 000 euros e 240 000 euros, respectivamente, dos quais cerca de 433 000 euros se referem a propinas de exercícios anteriores a 2006.

13.5 — Os saldos dos depósitos à ordem ascendiam, em 1 de Janeiro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2006, a 5 461 804 euros e 5 166 898 euros, respectivamente. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2002, de 15 de Setembro, estabelece que os excedentes e disponibilidades de tesouraria dos Fundos e Serviços Autónomos devem ser mantidos com carácter de continuidade em aplicações financeiras disponibilizadas pela Direcção-Geral do Tesouro.

Faro, 30 de Abril de 2007. — BDO bdc & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Martinho Soares Barroso*.

Extracto da acta n.º 3/07

A 27 de Abril de 2007, pelas 10 horas, reuniu o conselho administrativo da Universidade do Algarve, estando presentes o reitor, Professor Catedrático Doutor João Pinto Guerreiro, o vice-reitor, Professor Doutor Pedro Alfonso Ferre da Ponte, a vice-reitora, Professora Doutora Maria Teresa Coelho Pais Vieira Dinis, a vice-reitora, Professora Coordenadora Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias, o administrador, licenciado Fernando Martins dos Santos, tendo justificado a sua ausência os restantes elementos deste conselho.

Secretariou a reunião a directora de serviços administrativos e financeiros, licenciada Lívia Cristina Andrade Rodrigues Borges.

Deu-se conhecimento a este conselho que o prazo para apresentação das contas da instituição ao Tribunal de Contas foi alterado para 30 de Abril, o que significou, na prática, uma redução em 15 dias relativamente ao prazo de anos anteriores, devido à quarta alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto (artigo 52.º da Lei n.º 48/2006, de 29 de Agosto).

De seguida, procedeu-se à verificação das contas e à conferência dos documentos em arquivo, a fim de se aprovar a conta de gerência a enviar ao Tribunal de Contas, correspondente ao período decorrido

do dia 1 de Janeiro a 31 de Dezembro 2006. A conta de gerência de 2006 irá ser apresentada de acordo com a instrução n.º 1/2004, da segunda secção do Tribunal de Contas, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, de 14 de Fevereiro de 2004, à semelhança do que já ocorreu para a conta da gerência de 2005.

Estando tudo conforme verificou-se que o mapa de fluxos de caixa apresenta um total de recebimentos de 71 212 872,16 euros, sendo recebimentos do exercício 59 455 941,77 euros e sendo o total das retenções de fundos alheios 11 756 930,39 euros, e um total de pagamentos de igual importância, também no valor de 71 212 872,16 euros, que inclui o saldo na importância de 5 161 202,17 euros, que transita para a gerência seguinte, ao abrigo do artigo 10.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro.

Foi aprovada a seguinte aplicação do saldo para 2007:

Na fonte de financiamento 310, a importância de 528 846,65 euros.
Na fonte de financiamento 410, a importância de 291 020,80 euros.
Na fonte de financiamento 430, a importância de 418 387,71 euros.
Na fonte de financiamento 460, a importância de 397 208,25 euros.
Na fonte de financiamento 510, a importância de 3 059 242,14 euros, dos quais uma parte será aplicada para suportar o encargo com a contribuição da Universidade para a Caixa Geral de Aposentações.

Nos investimentos do plano, na fonte de financiamento 310, o saldo de 169 339,61 euros foi aplicado no projecto 2.ª Fase da UCTRA. O saldo da fonte de financiamento 410, no valor total de 297 157,01 euros, foi aplicado igualmente no projecto 2.ª Fase da UCTRA.

No balanço de 31 de Dezembro de 2006, o activo totaliza 64 958 341 euros, o passivo ascende a 63 006 481 euros e os fundos próprios 1 951 860 euros.

O resultado do exercício económico, tal como pode ser observado da demonstração de resultados com data de 31 de Dezembro de 2006, foi de 435 628 euros.

Deliberada a aprovação das contas e respectivo relatório de gestão, foi decidido submeter os mesmos à respectiva certificação pela empresa revisora oficial de contas.

Nada mais havendo a tratar, o presidente do conselho administrativo deu por finda a sessão às 12 horas, do mesmo dia, da qual se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos quantos nela intervieram.

27 de Abril de 2007. — O Conselho Administrativo: *João Pinto Guerreiro,* reitor — *Pedro Alfonso Ferré da Ponte,* vice-reitor — *Maria Teresa Coelho Pais Vieira Dinis,* vice-reitora — *Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias,* vice-reitora — *Fernando Martins dos Santos,* administrador — *Lívia Cristina Andrade Rodrigues Borges,* directora dos serviços administrativos e financeiros — *Pedro Daniel de Carvalho da Cunha Barros,* aluno.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006

ACTIVO

(Em euros)

	2006			2005
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	118 714	118 714	–	39 575
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	788 176	–	788 176	788 176
Edifícios e outras construções	61 577 383	8 078 425	53 498 959	53 627 049
Equipamento e material básico	24 044 523	15 312 275	8 732 248	8 216 507
Equipamento de transporte	879 894	810 143	69 751	151 173
Ferramentas e utensílios	175 870	164 202	11 668	12 038
Equipamento administrativo	11 583 395	10 441 488	1 141 907	1 473 015
Taras e vasilhame	483	483	–	–
Obras de arte	9 329	–	9 329	9 329
Outras imobilizações corpóreas	1 111 621	772 269	339 353	404 455
Obras em curso	3 474 804	–	3 474 804	5 288 679
Adiantamento conta de imobilizações corpóreas	–	–	–	–
	103 645 479	35 579 284	68 066 195	69 970 420
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	4 994	–	4 994	4 994
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20 899	–	20 899	11 322
Mercadorias	3 663	–	3 663	3 109
	24 562	–	24 562	14 431
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	745 149	–	745 149	637 855
Clientes de cobrança duvidosa	62 406	62 406	–	–
Estado e outros entes públicos	–	–	–	88
Outros devedores	–	–	–	–
	807 555	62 406	745 149	637 943
Títulos negociáveis:				
Outras aplicações de tesouraria	–	–	–	–

(Em euros)

	2006			2005
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Depósitos bancários e caixa:				
Conta no Tesouro	49		49	175
Depósitos em instituições financeiras	7 356 112		7 356 112	7 850 428
Caixa	812		812	182
	7 356 974		7 356 974	7 850 785
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	259 365		259 365	272 877
Custos diferidos	186 978		186 978	13 385
	446 343		446 343	286 261
Total de amortizações		35 697 998		
Total de provisões		62 406		
Total do activo	112 404 621	35 760 404	76 644 217	78 804 410

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

	2006	2005
Fundos próprios:		
Património	3 946 231	4 632 921
Reservas de reavaliação	–	–
Reservas:		
Subsídios	–	–
Doações	178 026	67 531
Outros acertos patrimoniais	88 537	87 146
Resultados transitados	(525 719)	(225 989)
Resultado líquido do exercício	413 577	454 348
Total dos fundos próprio	4 100 652	5 015 957
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos	261 081	–
Dívidas a terceiros	–	–
Médio e longo prazos:		
Credores diversos	864 360	–
Curto prazo:		
Fornecedores c/c	38 548	54 739
Fornecedores — facturas em recepção e conferência	37	–
Fornecedores de imobilizado	230	895
Estado e outros entes públicos	132 150	69 594
Outros credores	3 412	15 875
	174 378	141 103
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	6 191 166	6 298 797
Proveitos diferidos	65 052 580	67 348 553
	71 243 746	73 647 350
Total do passivo	72 543 565	73 788 453
Total dos fundos próprios e do passivo	76 644 217	78 804 410

30 de Abril de 2007. — O Conselho Administrativo: *João Pinto Guerreiro,* reitor — *Pedro Alfonso Ferré da Ponte,* vice-reitor — *Maria Teresa Coelho Pais Vieira Dinis,* vice-reitora — *Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias,* vice-reitora — *Fernando Martins dos Santos,* administrador — *Lívia Cristina Andrade Rodrigues Borges,* directora dos serviços administrativos e financeiros — *Pedro Daniel de Carvalho da Cunha Barros,* aluno.

Demonstração dos resultados consolidados por natureza para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2006

CUSTOS E PERDAS

	2006		2005	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias	123 686			145 952
Matérias	475 194	598 880	524 796	670 748
Fornecimentos e serviços externos	7 492 017		8 168 343	
Custos com pessoal:				
Remunerações	38 199 484		37 945 669	
Encargos sociais	1 193 190		1 114 260	
Transferências correntes	4 576 312	51 461 003	4 185 966	51 414 238
Amortizações do exercício	3 372 248			3 259 727
Provisões do exercício	298 591	3 670 839	23 743	3 283 471
Outros custos e perdas		227 757		145 899
(*A*)		55 958 478		55 514 356
Custos e perdas financeiras		7 138		3 143
(*C*)		55 965 617		55 517 499
Custos e perdas extraordinárias		177 059		28 986
(*E*)		56 142 676		55 546 484
Interesses minoritários		–		–
Resultado líquido do exercício		413 577		454 348
		56 556 252		56 000 832

PROVEITOS E GANHOS

	2006		2005	
Vendas e prestações de serviços:				
Vendas	1 172 713		1 192 369	
Prestações de serviços	1 876 382	3 049 095	1 914 262	3 106 631
Impostos e taxas	6 923 091		6 611 025	
Proveitos suplementares	320 719		308 428	
Transferências e subsídios correntes:				
Transferências — administração central	41 146 583		35 351 572	
Outras	2 479 049		7 876 391	
Trabalhos para a própria entidade	–		1 475	
Outros proveitos operacionais	170 843	51 040 284	739 713	50 888 602
(*B*)		54 089 379		53 995 233
Proveitos e ganhos financeiros		153 847		98 098
(*D*)		54 243 226		54 093 331
Proveitos e Ganhos Extraordinários		2 313 026		1 907 501
(*F*)		56 556 252		56 000 832

Resumo:

Resultados operacionais: (*B*)–(*A*) =	– 1 869 099	– 1 519 123
Resultados financeiros: (*D–B*)–(*C–A*) =	146 709	94 956
Resultados correntes: (*D*)–(*C*) =	– 1 722 390	– 1 424 167
Resultado líquido do exercício: (*F*)–(*E*) =	413 577	454 348
Resultado líquido consolidado do exercício com interesses minoritários: (*F*)–(*E*) =	413 577	454 348

30 de Abril de 2007. — O Conselho Administrativo: *João Pinto Guerreiro,* reitor — *Pedro Alfonso Ferré da Ponte,* vice-reitor — *Maria Teresa Coelho Pais Vieira Dinis,* vice-reitora — *Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias,* vice-reitora — *Fernando Martins dos Santos,* administrador — *Lívia Cristina Andrade Rodrigues Borges,* directora dos serviços administrativos e financeiros — *Pedro Daniel de Carvalho da Cunha Barros,* aluno.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2006

As notas que a seguir se apresentam visam facultar um melhor entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestações de contas exigidos na instrução n.º 1/2004, 2.ª Secção, publicadas no *Diário da República,* n.º 38, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro e de acordo com o POCE (Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro). As notas não aplicáveis ou materialmente irrelevantes foram omitidas. Os quadros solicitados, quando aplicáveis, encontram-se em anexo.

A Universidade do Algarve e os serviços de acção social da Universidade do Algarve foram consolidados pelo método de simples agregação, em cumprimentos da alínea *a*), n.º 4, do artigo 5.º do POCE, que consiste na soma linha por linha dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades pertencentes ao grupo público.

As principais transacções ocorridas entre as entidades foram eliminadas no processo de consolidação, nomeadamente:

Os custos e perdas e os proveitos e ganhos relativos às operações efectuadas entre entidades incluídas na consolidação;

As operações de transferências entre as entidades incluídas na consolidação.

I — Informação relativa às entidades incluídas na consolidação:

1) Entidades incluídas na consolidação (pelo método da simples agregação):

A Universidade do Algarve tem a sua sede na cidade de Faro e está sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com a classificação orgânica 11.10.40.103 e contribuinte n.º 505387271.

A Universidade é uma pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar. A Universidade pode realizar acções com outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais.

Os serviços de acção social da Universidade do Algarve (SASUALG) são uma unidade orgânica da Universidade do Algarve (UALG) e gozam de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira de acordo com o Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril e pelo regulamento orgânico dos serviços de acção social.

Na sequência da entrada em vigor do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o sector da Educação (POCE), aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro, são apresentadas as presentes contas consolidadas do período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006 de acordo com o referido plano contabilístico.

2) Entidade excluída na consolidação:

A Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve, criada em Setembro de 1995, tem por fim a promoção e desenvolvimento de actividades de âmbito científico, tecnológico, culturais, sociais e outras, no país e em particular na região, através de acções que envolvam a Universidade do Algarve.

A Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve, embora pudesse ter sido objecto de consolidação pela condição de controlo, não o foi por razões de dimensão. Não sendo o total do activo e proveitos da Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve materialmente relevante para o objectivo da imagem fidedigna das demonstrações financeiras da Universidade do Algarve enquanto grupo público, pelo que foi excluída do processo de consolidação.

O total do activo e proveitos da Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve para o ano de 2006 foi o seguinte:

	2006	2005
Total do activo	37 792,17	54 290,06
Total dos proveitos	71 736,43	108 289,06

3) Número de trabalhadores ao serviço, repartido por categorias a 31 de Dezembro de 2006:

Contagem de efectivos segundo o grupo profissional e relação jurídica de emprego

Relação jurídica de emprego	Sexo	Dirigente	Técnico superior	Informática	Técnico	Técn. profis.	Administrativo (*a*)	Operário	Auxiliar	Operário	Docente universitário	Docente politéc.	Docente politéc. auxiliar	Total
Total de efectivos	T	22	121	39	22	60	120	23	220	3	328	424	9	1 391
Nomeação	T	22	91	39	20	59	117	22	173	2	158	124	–	827
Contrato administrativo de provimento	T	–	–	–	–	–	–	–	–	–	166	292	9	467
Contrato indiv. de trabalho	T	–	1	–	–	–	–	–	44	1	–	–	–	46
Contrato de trabalho a termo	T	–	19	–	1	1	3	1	3	–	–	–	–	28
Prestação de serviços	T	–	6	–	1	–	–	–	–	–	1	–	–	8
Requis. ou destacamento	T	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3	8	–	11
Outras situações	T	–	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4

II — Informação relativa à imagem verdadeira e apropriada:

4) As normas de consolidação são suficientes para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

11) Homogeneização da informação a consolidar:

Os valores registados nas contas de terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções e obras em curso do balanço da Universidade da Universidade do Algarve são ao custo de aquisição (custo histórico) incluindo também os custos incorridos com a fiscalização e com a elaboração dos projectos de arquitectura. No entanto, os valores registados no património dos serviços de acção social da Universidade do Algarve nomeadamente na conta de edifícios e outras construções, por impossibilidade de se apurar o custo histórico, foram registados pelo valor resultante da avaliação em 30 de Junho de 2004, avaliação essa, feita por peritos independentes e qualificados para o efeito.

V — Informações relativas às políticas contabilísticas:

18) Bases de apresentação, principais princípios contabilísticos e critérios de valorimetria.

Imobilizações:

Os valores registados nas contas de imobilizações corpóreas e incorpóreas, no balanço da Universidade do Algarve e dos serviços de acção social da Universidade do Algarve estão ao custo histórico, com excepção do referido no ponto 11.

Existências:

Os valores existentes na classe de existências do balanço são exclusivamente dos serviços de acção social da Universidade do Algarve e dizem respeito fundamentalmente a géneros alimentares para preparação das refeições das cantinas e bares. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado e apurado pelo sistema de inventário permanente.

a) Amortizações:

Os bens da Universidade do Algarve e dos serviços de acção social da Universidade do Algarve são amortizados segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, iniciando-se o processo de amortização no mês em que o investimento ocorre, e são contabilizadas anualmente.

A Universidade do Algarve utiliza, para o efeito, as taxas estabelecidas pela Portaria n.º 378/94 de 16 de Junho ou CIBE — Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, e pela Portaria n.º 671/2000 de 17 de

Abril, 2.ª Série, publicada no *Diário da República,* n.º 91, de 17 de Abril de 2000, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de Dezembro de 1999, como se segue (em percentagem):

Edifícios e outras construções	1,25
Outras construções	5,00
Livros e documentação	–
Equipamento de transporte	12,50
Equipamento básico (excluindo livros e documentação)	20,00
Equipamento informático	25,00
Equipamento administrativo	12,50

b) Provisões para cobrança duvidosa:

As provisões existentes no balanço consolidado dizem respeito à Universidade do Algarve. O valor diz respeito a créditos de cobrança duvidosa que foram calculadas tendo por base os riscos de cobrança identificados no final do exercício. Para a criação das provisões foram considerados os clientes em mora há mais de 211 dias com excepção das instituições públicas.

c) Provisões para riscos e encargos:

Foram igualmente criadas provisões pela Universidade do Algarve, para processos judiciais em curso, calculados com base no risco expectável para o desfecho dos processos e a melhor estimativa disponível relativa a esse risco expectável.

d) Especialização do exercício:

Os proveitos são reconhecidos:

i) Vendas e prestações de serviços: de um modo geral ocorre no momento da emissão da factura, factura/recibo e vendas a dinheiro.
ii) Transferências obtidas: que provêm do Quadro Comunitário de Apoio, da União Europeia, da Fundação para a Ciência e Tecnologia e de outros organismos públicos e privados que se destinam a financiar despesas correntes, no valor correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.
iii) Transferências recebidas: que são usadas para financiar despesas de capital na proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.
iv) Transferências correntes do Orçamento de Estado atribuído para despesas correntes é reconhecido como proveito do exercício (subsídio à exploração) no momento da sua atribuição, por débito de uma conta do activo de outros devedores — devedores por transferências, sendo esta conta creditada com os recebimentos das requisições de fundos (pedidos de libertação de créditos) efectuadas mensalmente.
v) Propinas: os proveitos são reconhecidos ao longo do ano lectivo.

Custos:

A Universidade do Algarve e os serviços de acção social da Universidade do Algarve regista os seus custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os custos são reconhecidos à medida que são incorridos, independentemente do momento em que são pagos.

Um dos exemplos, e bastante representativo em termos de montante, são os acréscimos de custos lançados na conta 273 — Acréscimos de custos do valor das férias e respectivo subsídio de férias dos vencimentos do pessoal; outros acréscimos de custos também lançados por contrapartida desta conta são alguns fornecimentos e serviços, tais como consumos de água, electricidade, gás, alojamento e bolsas.

Assim sendo, os valores apurados para o ano de 2006 são os seguintes:

Acréscimos de diferimentos

	2006
Acréscimos de proveitos:	
Projectos de investigação	–
Outros acréscimos de proveitos	259 365
	259 365
Custos diferidos:	
Seguros liquidados	10 107
Outros custos diferidos	176 871
	186 978
Acréscimo de custos:	
Seguros a liquidar	9
Estimativa para férias e subsídio de férias	5 134 388
Outros acréscimos de custos	1 056 768
	6 191 166
Proveitos diferidos:	
Projectos de investigação	419 213
Subsídios ao investimento	63 653 601
Propinas de licenciatura e bacharelato	979 766
	65 052 580

e) Enquadramento fiscal:

A Universidade é uma entidade que goza de isenção parcial do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas IRC, uma vez que se encontra sujeita a este imposto apenas por via da retenção na fonte relativamente aos seus rendimentos de aplicação de capitais e não está obrigada a entregar a declaração anual de rendimentos.

Relativamente à situação fiscal para efeitos do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), a Universidade do Algarve e os serviços de acção social encontram-se numa situação mista, uma vez que, apesar de suportarem esse imposto nas suas aquisições, sendo o mesmo considerado como custo, liquidam IVA na parte das receitas realizadas que não se encontram abrangidas pela isenção prevista no código do IVA.

VI — Informações relativas a determinadas rubricas:

22) Movimentos ocorridos nas contas do activo imobilizado:

a) Activo bruto:

(Em euros)

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações, abates e regulariz.	Transferências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Propriedade industrial e outros direitos	118 714	–	–	–	118 714
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	788 176	–	–	–	788 176
Edifícios e outras construções	59 239 157	277 972	— 2 866 355	(4 926 609)	61 577 383
Equipamento e material básico	50 448 732	2 603 517	— 29 007 725	–	24 044 523
Equipamento de transporte	752 543	127 351	–	–	879 894
Ferramentas e utensílios	171 606	5 359	— 1 095	–	175 870
Equipamento administrativo	11 970 227	305 392	— 692 224	–	11 583 395
Taras e vasilhame	483	–	–	–	483

(Em euros)

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações, abates e regulariz.	Transfe-rências	Saldo final
Obras de arte	9 329	–	–	–	9 329
Outras imobilizações corpóreas	1 077 670	62 711	— 28 759	–	1 111 621
Imobilizações em curso	5 288 679	3 112 734	–	(4 926 609)	3 474 804
Adiantamentos por conta de imobiliz. corpóreas	–	–	–		–
Subtotal	129 746 601	6 495 035	— 32 596 158	–	103 645 479
Total	129 865 315	6 495 035	— 32 596 158	–	103 764 193

Terrenos e recursos naturais:

O valor desta conta diz respeito somente à Universidade do Algarve e inclui, fundamentalmente, os terrenos onde estão implantados os edifícios da reitoria, unidades orgânicas, dos serviços, dos complexos pedagógicos, biblioteca, laboratórios e arranjos exteriores. Em 2006, esta conta não sofreu qualquer aumento.

Edifícios e outras construções:

Salienta-se que não se considerou o imóvel da Escola Superior de Saúde de Faro no seu balanço consolidado, tal como no balanço da Universidade do Algarve, por não ter sido possível incluir o seu custo de construção, aguardando-se a publicação do despacho conjunto previsto no Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março.

Encontra-se registado no balanço consolidado a construção de pré-fabricados no Pólo de Portimão, correntemente a serem utilizados para aulas, edificados em propriedade alheia, no valor de 156 782,40 euros, assim como os custos de construção do anfiteatro no mesmo Pólo, no valor de 100 164,12 euros. Para estas edificações foi estimado um período de vida útil de 10 anos, considerando tanto os pré-fabricados, como o anfiteatro, como activos reversíveis.

Também encontra-se patente no balanço o valor incorrido com a ampliação de salas de aula, no edifício da Escola Superior de Saúde, considerado igualmente como propriedade alheia.

O valor de 4 926 609 euros da coluna de transferências diz respeito a construções concluídas nesse ano económico, que se encontravam registadas em imobilizações em curso:

Arranjos exteriores do Campus da Penha, no valor de 478 221 euros;

Ampliação da Escola Superior de Tecnologia (3B), no valor de 4 308 041 euros;

Adaptação de laboratórios para implantação de um Biotério, no valor de 140 346 euros.

Equipamento básico e administrativo:

De salientar que não se considerou o equipamento da Escola Superior de Saúde de Faro, por não ter sido possível incluir o seu custo de aquisição, uma vez que se aguarda a publicação do despacho conjunto previsto no Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março.

Alienações, abates e regularizações:

Na sequência da revisão de contas de 2006, efectuada pela primeira vez nos serviços de acção social da Universidade do Algarve, constataram-se incorrecções nos valores unitários considerados para valorização de certos bens que integraram o inventário imobilizado elaborado em 2005, para efeitos de apuramento de saldos de abertura.

Por outro lado, encontravam-se registados na contabilidade dos serviços de acção social diversos edifícios da posse da Universidade do Algarve.

Estas correcções efectuadas nas contas de 2006 tiveram impacto ao nível das imobilizações corpóreas (29 588 592 euros), amortizações acumuladas (28 527 834 euros) e proveitos diferidos — subsídios de investimento (1 060 758 euros).

Estas encontram-se evidenciadas na coluna de alienações, abates e regularizações.

Para melhor entendimento, as imobilizações em curso no final do ano 2006, são conforme se discrimina:

Imobilizado em curso:

2.ª Fase da construção da UCTRA	3 192 329
Campus Universitário de Portimão	132 551
Remod. de Laboratório de Tecnol. Alimentar — EST	58 514
Laboratório de Desenvolvimento de Novos Produtos Análise Sensorial — EST	36 879
Reconversão dos Laboratórios de Microbiologia e Biologia — EST	22 869
Complexo Pedag. da Penha — Arranjos exteriores	29 772
Outras imobilizações em curso	1 891
	3 474 804

a) Amortizações do activo imobilizado:

	Saldo inicial	Aumentos	Regulari-zações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	79 139	39 575	–	118 714
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	5 612 108	995 975	1 470 342	8 078 424
Equipamento e material básico	42 232 225	1 521 346	— 28 441 296	15 312 274
Equipamento de transporte	601 371	44 659	164 113	810 143
Ferramentas e utensílios	159 569	5 801	— 1 168	164 202
Equipamento administrativo	10 497 213	638 970	— 694 694	10 441 488
Taras e vasilhame	483	–	–	483
Obras de arte	–	–	–	–
Outras imobilizações corpóreas	673 214	125 922	— 26 867	772 268
	59 776 182	3 332 673	(27 529 571)	35 579 284
Total das imobilizações	59 855 321	3 372 248	(27 529 571)	35 697 999

Amortizações acumuladas:

A Universidade do Algarve e os serviços de acção social da Universidade do Algarve identificaram erros nos valores apurados e que resultaram numa correcção significativa ao activo e respectivas amortizações acumuladas em decréscimo, identificada na mesma coluna do mapa referido, que perfaz o valor acumulado de 27 529 571 euros, conforme referido na explicação das alienações, abates e regularizações.

O valor de 998 263,00 euros de regularizações dizem respeito exclusivamente à Universidade do Algarve. Tratam-se de correcções de amortizações acumuladas, regularizações reflectidas na conta de subsídios ao investimento e regularizações reflectidas na conta de resultados transitados.

31) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividade e geográficas:

(Em euros)

	2006
Vendas:	
Fotocópias, impressos e publicações	73 981
Cadernos de encargos	5 756
Livros e documentação técnica	3 554
Refeições	1 081 596
Outros bens	8 740
Devolução de vendas	(914)
Total de vendas	1 172 713
Prestação de serviços:	
Realização de trabalhos gráficos	9 424
Outros serviços ao exterior:	
Realização estudos	746 606
Assistência técnica	2 066
Serviços de laboratório	279 504
Serviços de alojamento	389 224
Serviços diversos	–
Inscrições em acções de formação	174 985
Inscrições em seminários e congressos	48 306
Outros	226 266
Total das prestações de serviços	1 876 382
Total de vendas e prest. de serviços	3 049 095

34) Remuneração global do conselho administrativo da Universidade do Algarve:

Segundo o artigo 19.º dos Estatutos da Universidade do Algarve o conselho administrativo é composto por: o reitor, os vice-reitores, o administrador, o director dos serviços administrativos e financeiros e um aluno.

No quadro seguinte mostra-se a remuneração global dos mesmos, durante o ano de 2006:

	2006
Reitor	83 713,84
Vice-reitores	234 599,38
Administrador	50 216,64
Director de serviços	41 416,46
Total	409 946,32

38) Comentários das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujo conteúdo não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As demonstrações financeiras de 2006 integram correcções de grande significado relacionadas com os saldos de abertura contabilizados em 2005, fundamentalmente ao nível das imobilizações corpóreas, amortizações acumuladas, proveitos diferidos e património, pelo que não são comparáveis com as demonstrações financeiras de 2005.

As principais correcções efectuadas em 2006:

Serviços de acção social da Universidade do Algarve:

i) Na sequência da revisão de contas de 2006 efectuada pela primeira vez nos serviços de acção social da Universidade do Algarve, constataram-se incorrecções nos valores unitários considerados para valorização de certos bens que integraram o inventário imobilizado elaborado em 2005, para efeitos de apuramento de saldos de abertura.

Por outro lado, encontravam-se registados na contabilidade dos serviços de acção social diversos edifícios da posse da Universidade do Algarve. Estas correcções efectuadas nas contas de 2006 tiveram impacto ao nível das imobilizações corpóreas (29 588 592 euros), amortizações acumuladas (28 527 834 euros) e proveitos diferidos — subsídios de investimento (1 060 758 euros).

ii) Os saldos de abertura para efeitos da implementação do POCE não reflectiram os encargos relativos a férias e subsídios de férias pagos em 2005 mas referentes a 2004, de cerca de 172 000 euros. Por esta razão os custos com pessoal e o património nos fundos próprios estavam sobreavaliados naquele montante. Esta situação foi regularizada nas contas de 2006 por contrapartida do património e resultados transitados.

Universidade do Algarve:

i) As contas incluíam em 31 de Dezembro de 2005 um imóvel (Cantina de Gambelas) com o valor líquido contabilístico de 1 343 000 euros, que, no entanto, está afecto e contabilizado nos serviços de acção social. Em 2006 esta situação foi corrigida nas imobilizações corpóreas por contrapartida de proveitos diferidos;

ii) A dívida de anos anteriores à ADSE de 864 300 euros foi contabilizada em 2006 por contrapartida dos resultados transitados;

iii) Em consequência da correcção do cálculo das amortizações, as amortizações acumuladas foram em 2006 acrescidas em cerca de 547 000 euros por contrapartida dos proveitos diferidos em cerca de 485 000 euros e dos resultados transitados em cerca de 62 000 euros;

iv) O valor do património inicial foi reduzido em 514 557 euros, em virtude de incorrecta valorização de um livro.

39) Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

Demonstração consolidada dos resultados financeiros 2006:

	2006	2005
68.1 — Juros suportados	3 194	–
68.8.1 — Despesas bancárias	125	3 009
68.8.8 — Outros	3 819	134
Resultados financeiros	146 709	94 955
Total	153 847	98 098
78.1 — Juros obtidos	153 847	98 098
78.8 — Outros	–	–
Total	153 847	98 098

40) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

	2006	2005
69.4 — Perdas em imobilizações	15 176	15 781
69.5 — Multas e penalidades	288	22
69.7 — Correcções relativas a exercícios anteriores	161 416	12 807
69.8 — Outros	178	375
Resultados extraordinários	2 135 967	1 878 515
Total	2 313 026	1 907 501
79.4 — Ganhos em imobilizações	1 640	1 131
79.6 — Redução de amortizações e provisões	18 169	8 244
79.7 — Correcções relativas exercícios anteriores	170 557	11 147
79.8.3 — Subsídios ao investimento	1 935 549	1 872 369
79.8.8 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	187 111	14 610
	2 313 026	1 907 501

41) Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício:

(Em euros)

	Saldo inicial	Reforço	Redução	Saldo final
Provisão para cobranças duvidosas	43 066	37 510	18 169	62 406
Provisão para processos judiciais em curso	–	261 081	–	261 081
	43 066	298 591	18 169	323 487

VII — Informações diversas:

Outros credores de médio e longo prazos:

Existe uma dívida da Universidade do Algarve à ADSE, relativa a documentos emitidos por esta nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003 que ainda não foram liquidadas.

Essa dívida é do conhecimento do conselho administrativo da Universidade, facto que se pode observar na leitura das actas das reuniões desse conselho.

O valor da dívida é de 864 360,46 euros, que pode ser observada no balanço, na conta de outros credores (26.8.9). Colocou-se esta dívida no médio e longo prazo, uma vez que a expectativa de pagamento da mesma supera um ano.

45 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados das entidades consolidadas.

Em 31 de Dezembro de 2006, a conta de depósitos em instituições financeiras e caixa tinha a seguinte composição:

	2006
Depósitos à ordem:	
Instituições financeiras	7 356 112
Direcção-Geral do Tesouro	49
Caixa	812
Total	7 356 974

Estado e outros entes públicos:

Em 31 de Dezembro de 2006 não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram os seguintes:

	2006
Retenção do imposto sobre o rendimento	12 602
Imposto sobre o valor acrescentado	118 688
Contribuições para a segurança social	38
Caixa Geral de Aposentações	822,7
Imposto de selo	–
Total	132 150

Fundos próprios:

Esta rubrica analisa-se da seguinte forma:

	Saldo inicial	Movimentos	Saldo final
Património	4 632 921	(686 690)	3 946 231
Reservas de reaval.	–	–	–
Reservas	67 531	110 495	178 026
Outros acertos patrimon.	87 146	1 391	88 537
Resultados transitados	(225 989)	(299 730)	(525 719)
Regularizações	–	–	–
	4 561 609	(874 534)	3 687 075
Resultado líquido:			
Exercício de 2005	454 348	(454 348)	–
Exercício de 2006	–	413 577	413 577
Total dos fundos próprios	5 015 957	(915 305)	4 100 652

Património:

Corresponde ao resultado da quantificação e valorização do património líquido inicial efectuado à data em que cada uma das entidades adoptou o sistema contabilístico patrimonial.

Sendo a Universidade do Algarve a 1 de Janeiro de 2004, e os serviços de acção social da Universidade do Algarve a 1 de Janeiro de 2005.

Reservas:

O valor constante na conta de reservas diz respeito às doações de livros de outras entidades ou particulares à Universidade do Algarve. Esta conta sofreu um aumento de 110 495 euros em 2006.

Outros acertos patrimoniais:

O valor constante na conta de outros acertos patrimoniais diz respeito a bens móveis não inventariados aquando da sua aquisição e destina-se a acertos posteriores aos valores inicialmente registados. Esta conta sofreu um aumento de apenas 1391 euros em 2006.

Resultados transitados:

O movimento ocorrido na rubrica de resultados transitados corresponde à aplicação do resultado líquido apurado nos exercícios de 2004 e 2005 (454 348 euros).

Em 1 de Janeiro 2005, o balanço inicial dos serviços de acção social da Universidade do Algarve, não considerava o montante de 172 133 euros referente aos acréscimos de custo, valor regularizado em 2006 pela conta 591 — Resultados transitados.

Nesta conta estão também espelhadas correcções efectuadas durante 2006 relativas a movimentos de anos anteriores que, pela sua expressão financeira, são susceptíveis de alterar o património inicialmente registado no balanço inicial, de 2004.

Os movimentos dizem respeito a acertos das amortizações acumuladas dos veículos (61 850 euros) e dívida de anos anteriores à ADSE (864 360 euros).

Impostos e taxas:

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

	2006
Propinas:	
De Licenciaturas	5 598 592
De Pós-Graduação	227 609
De Mestrados e Doutoramentos	526 065
	6 352 267
Taxas de matrícula	5 236
Multas	31 675
Seguro escolar	856
Taxas de melhorias de nota	984
Emolumentos	508 391
Taxas de exames	248
Outras taxas	20 332
Outras penalidades	402
Reembolsos e restituições	2 701
	6 923 091

As propinas de formação inicial são reconhecidas como proveito de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As propinas relativas a mestrados e doutoramentos são apenas reconhecidas quando recebidas.

Proveitos suplementares:

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

	2006
Aluguer de equipamento	390
Aluguer instalações	92 037
Patrocínios	24 197
Outros proveitos suplementares:	
Compensação água e luz	1 501
Compensação telefones	3 505
Compensação gás	–
Reposições	63 882
Outros	135 207
	320 719

Os valores considerados nesta conta referem-se a aluguer de instalações e a outros proveitos, que compreendem as compensações recebidas de água e electricidade pagas por entidades externas que utilizem as instalações da Universidade. Compreende igualmente a devolução de verbas relativas a custos com telemóveis, para cumprimento dos limites impostos pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/2002, publicada no *Diário da República*, Série B, n.º 195, de 24 de Agosto, e as reposições de verbas pagas indevidamente ao longo do ano económico e de anos económicos anteriores.

Transferências e subsídios correntes obtidos:

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

	2006
Administração central:	
Orçamento de Estado	37 657 453
Estado — Part. port. em projectos co-financiados	9 017
Estado — Part. comum em proj. co-financiados	316 268
Serviços e fundos autónomos	2 910
SFA — Part. portug. em projectos co-financiados	1 104 253
SFA — Part. comum em projectos co-financiados	2 056 682
	41 146 583
Administração local	10 000
Segurança social	610 969
Instituições sem fins lucrativos	149 017
União Europeia:	
Instituições	1 491 928
Países membros	217 046
	2 478 961
Transferências de outros países	21 787
Outras transferências correntes	27 889
Transferências internas	(49 588)
	88
	43 625 632

Administração central:

Corresponde ao *plafond* atribuído pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, PIDDAC, e outros subsídios à exploração provenientes do Orçamento do Estado à Universidade de Algarve, com a finalidade de financiar as suas despesas correntes, assim como as transferências, no âmbito dos projectos ID, relativas à participação portuguesa e comunitária nesses projectos co-financiados.

Outras transferências:

Todos os outros subsídios à exploração, não provenientes da administração central, referem-se fundamentalmente a transferência para projectos de investigação e unidades I&D celebrados em parceria com outras entidades, normalmente de duração plurianual.

As principais entidades financiadoras destes projectos são:

Fundação para a Ciência e Tecnologia, através do programa operacional Ciência, e Inovação 2010 (POCI), programa de financiamento plurianual de unidades de I&D comparticipação nacional, programa operacional Sociedade do Conhecimento (POS-C) e através de fundos do FEDER;

Comissão Europeia: financia projectos de investigação específicos, normalmente desenvolvidos por várias entidades parceiras;

Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional: O Interreg III B é destinado à cooperação transnacional entre autoridades nacionais, regionais e locais, a fim de promover um mais elevado nível de integração territorial.

Transferências internas:

Corresponde ao saldo líquido da transferência contabilística de subsídios inicialmente classificados como subsídios ao investimento para subsídios à exploração e vice-versa. Trata-se de uma conta para tratamento de movimentos que ocorrem internamente entre centros de custo da Universidade.

Fornecimentos e serviços externos:

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

	2006
Electricidade	734 482
Combustível	93 037
Água	180 858
Outros fluidos	48 108
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido (material de laboratório)	125 730
Livros e documentação técnica	4 513
Material de escritório	218 557
Artigos para oferta	21 971
Rendas e alugueres	21 404
Despesas de representação	32 012
Correios	56 936
Comunicações — Telefones e faxes	604 821
Comunicações — Telemóveis	56 955
Outras Comunicações	22 129
Seguros	33 316
Transporte de mercadorias	1 107
Transporte de pessoal	1 488
Deslocações e estadas	393 474
Honorários	1 249 389
Conservação e reparação	423 068
Publicidade e propaganda	79 109
Limpeza, higiene e conforto	741 528
Vigilância e segurança	425 373
Trabalhos especializados	881 051
Material lúdico e didáctico	4 651
Produtos químicos (reagentes)	313 566
Material de transporte — peças	8 772
Participação em congressos e seminários	72 763
Inscrições em cursos de formação	59 575
Material de consumo clínico	1 440
Licenciamento de *software*	2 269
Material de consumo hoteleiro	1 246
Alimentação — refeições confeccionadas	15 510
Condomínio	10 100
Outros fornecimentos e serviços	551 712
Total dos fornecim. e serviços externos	7 492 017

Custos com o pessoal:

Esta conta analisa-se da seguinte forma:

	2006
Remunerações base:	
Pessoal do quadro	14 860 862
Pessoal além do quadro	14 926 862
Pessoal contratado	493 974

	2006
Pessoal aguardando aposentação	21 732
Pessoal outra situação	508 386
Pessoal em regime de tarefa e avença	47 869
	30 859 685
Outras remunerações:	
Subsídio de férias e de natal	5 254 806
Subsídio alimentação	1 069 461
Ajudas de custo	224 226
Gratificações	215 119
Abono para falhas	1 831
Trabalho extraordinário	37 485
Vestuário e artigos pessoais	2 655
Trabalho nocturno	6 589
Prestações sociais directas	107 113
Por doença, maternidade e paternidade	358 970
Outras remunerações variáveis	54 766
	7 333 022
Encargos sobre remunerações	213 648
Outros custos com pessoal	986 319
	39 392 674

O número do pessoal ao serviço da Universidade de Algarve e dos serviços de acção social da Universidade do Algarve é de 1391, dos quais 761 corresponde a pessoal docente e 630 a pessoal não docente.

A rubrica de outros custos com pessoal inclui, essencialmente, os pagamentos a funcionários que prestam serviços noutros organismos, nos termos do disposto na alínea *j*) do artigo 70.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária. Estes organismos efectuam transferências para a Universidade, suportadas por protocolo e devidamente facturadas respeitando as regras fiscais. A Universidade posteriormente procede ao pagamento aos seus funcionários. Para além disto, insere-se nesta conta orientações de estágio, leccionação de aulas nos complementos de formação e nos mestrados.

30 de Abril de 2007. — O Conselho Administrativo: *João Pinto Guerreiro,* reitor — *Pedro Alfonso Ferré da Ponte,* vice-reitor — *Maria Teresa Coelho Pais Vieira Dinis,* vice-reitora — *Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias,* vice-reitora — *Fernando Martins dos Santos,* administrador — *Lívia Cristina Andrade Rodrigues Borges,* directora dos serviços administrativos e financeiros — *Pedro Daniel de Carvalho da Cunha Barros,* aluno.

Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução e responsabilidades*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Universidade do Algarve (adiante também designada por Universidade ou UALG), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um activo líquido de 76 644 217 euros e um total de fundos próprios de 4 100 652 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 413 577 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do conselho administrativo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

2 — *Âmbito*. — Excepto quanto às limitações descritas nos pontos 3 a 8 seguintes, o nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (*i*) a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Administrativo, utilizadas na sua preparação; (*ii*) a verificação das operações de consolidação; (*iii*) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (*iv*) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (*v*) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Reservas*. — Os sistemas de informação e controlo interno contabilístico evidenciam fraquezas quanto à conferência e reconciliação dos saldos e registos contabilísticos, ao controlo e salvaguarda dos activos, não integração na contabilidade dos serviços de acção social das diversas aplicações informáticas utilizadas e acessos às aplicações informáticas de cada área operacional, e quanto ao controlo dos custos, proveitos e dos resultados das actividades desenvolvidas por ausência de um sistema de contabilidade analítica.

4 — A Universidade dispõe de inventário do imobilizado, no entanto, não têm sido realizadas contagens físicas para a totalidade dos bens com o objectivo de confirmar, entre outros aspectos, a existência física dos activos, a sua operacionalidade e a compatibilização entre os registos do inventário e os registos contabilísticos.

5 — As bibliotecas da UALG incluem livros e documentação técnica, contabilizados em imobilizações corpóreas por 3 200 000 euros, que não foram objecto de amortização e em relação aos quais não se conhece o seu valor actual.

6 — Permanecem ainda por reconciliar pela UALG diversas confirmações de saldos obtidas de entidades terceiras cujos saldos divergem dos registos contabilísticos.

7 — Os saldos de abertura das imobilizações corpóreas relativos aos serviços de acção social foram contabilizados pelo valor líquido das amortizações por contrapartida de proveitos diferidos, aquando da implementação do Plano Oficial da Contabilidade Pública do Sector da Educação (POCE), tendo os serviços assumido que foram integralmente subsidiados. Não está, no entanto, disponível informação histórica que permita confirmar esta asserção.

8 — Não obtivemos evidência do registo de propriedade em nome dos serviços de acção social, da residência de Berlim cujo valor contabilístico ascende a cerca de 742 000 euros.

9 — As faculdades e escolas superiores que integram o Grupo Público UALG não apresentam, ainda, contas autónomas conforme dispõe o POCE e o Regime de Administração Financeira do Estado. Por esse facto, as operações das unidades orgânicas são directamente integradas nos registos contabilísticos e nas demonstrações financeiras da UALG.

10 — O imóvel e alguns equipamentos da Escola Superior de Saúde de Faro (ESSaF), em utilização pela UALG, e o imóvel da Fundação para o desenvolvimento da Universidade do Algarve, não estão relevados nas contas. O registo do imóvel da ESSaF em nome da UALG e a sua contabilização dependem de despacho conjunto dos Ministros das Finanças, da Educação e da Saúde, conforme o Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março.

11 — Com base nas confirmações de saldos obtidas dos fornecedores e da análise dos principais contratos e contas correntes dos fornecedores, identificámos dívidas a fornecedores de imobilizado de 2005, contabilizadas em 2006, de cerca de 365 000 euros e dívidas de 2006, contabilizadas em 2007 de cerca de 344 000 euros, sendo que os compromissos não foram relevados nas contas orçamentais de 2005 e de 2006. Por outro lado, cerca de 794 000 euros de dívidas a fornecedores conta corrente, estão relevadas em acréscimos de custos e também não constam nas contas orçamentais de 2006 como compromissos. Estas situações resultam, segundo a UALG, de limitações da aplicação informática da contabilidade.

12 — Os proveitos diferidos incluem cerca de 830 000 euros de propinas de formação inicial que deveriam ter sido reconhecidos como proveitos em exercícios anteriores e subsídios de 2 658 000 euros relacionados com activos não depreciáveis (terrenos; obras de arte e

livros e documentação técnica), os quais, de acordo com o POCE, deveriam estar contabilizados nos fundos próprios na conta subsídios.

13 — Os resultados transitados foram debitados em cerca de 864 000 euros pelo reconhecimento de dívidas anteriores a 2004. Em virtude de se tratar de um passivo conhecido quando da contabilização dos saldos de abertura para implementação do POCE, deveria ter sido contabilizado a débito da conta de património.

14 — As demonstrações financeiras consolidadas de 2006 integram correcções de grande significado referentes a exercícios anteriores, fundamentalmente ao nível das imobilizações corpóreas, amortizações acumuladas, proveitos diferidos, património e resultados transitados, conforme divulgado na nota n.º 38 do anexo ao balanço consolidado e à demonstração dos resultados consolidados, as quais, no entanto, não foram ajustadas nos valores comparativos consolidados.

15 — Em nossa opinião, excepto quanto aos eventuais efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações antes descritas nos parágrafos 3 a 8, e quanto às situações antes descritas nos pontos 9 a 14, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Universidade do Algarve em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e previstos no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação.

16 — *Ênfases*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

16.1 — As demonstrações financeiras consolidadas foram examinadas pela primeira vez com vista à certificação legal das contas consolidadas de 2006 e a apresentação das primeiras demonstrações financeiras consolidadas, pelo método da simples agregação, verificou-se no exercício de 2006.

16.2 — Em virtude do elevado grau de incerteza quanto ao recebimento das propinas e respectivas multas relativas a alunos que desistiram de frequentar a UALG, não foram contabilizados os correspondentes proveitos e valores a receber de 664 000 euros e 240 000 euros, respectivamente, dos quais cerca de 433 000 euros se referem a propinas de exercícios anteriores a 2006.

16.3 — Os serviços de acção social adoptaram para efeitos da valorização inicial dos edifícios e outras construções, os valores resultantes de avaliações efectuadas em 2004 por peritos, por não disporem de informações sobre o custo de aquisição ou de produção e não ser exequível o seu apuramento. Apesar deste critério de valorimetria estar previsto no POCE não é uniforme com o critério do custo adoptado pela Universidade.

16.4 — Os saldos dos depósitos à ordem ascendiam, em 1 de Janeiro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2006, a 7 850 428 euros e 7 356 112 euros, respectivamente. A resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2002, de 15 de Setembro, estabelece que os excedentes e disponibilidades de tesouraria dos fundos e serviços autónomos devem ser mantidos com carácter de continuidade em aplicações financeiras disponibilizadas pela Direcção-Geral do Tesouro.

16.5 — A Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve, entidade controlada pela UALG, não foi integrada nas contas consolidadas de 31 de Dezembro de 2006, por não ter um volume de actividade materialmente relevante, conforme divulgado na nota n.º 2 do anexo.

Faro, 23 de Maio de 2007. — BDO bdc & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Martinho Soares Barroso*.

Extracto da acta n.º 4/07

A 30 de Maio do ano 2007, pelas 10 horas, reuniu o conselho administrativo da Universidade do Algarve, estando presentes o reitor, professor catedrático doutor João Pinto Guerreiro, o vice-reitor, professor doutor Pedro Alfonso Ferre da Ponte, a vice-reitora, professora doutora Maria Teresa Coelho Pais Vieira Dinis, a vice-reitora, professora coordenadora Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias, o administrador, licenciado Fernando Martins dos Santos, e o aluno, Pedro Barros.

Secretariou a reunião a directora de serviços administrativos e financeiros, licenciada Lívia Cristina Andrade Rodrigues Borges.

Vai a Universidade do Algarve enviar, pela primeira vez, ao Tribunal de Contas a sua conta consolidada com os seus serviços de acção social, em cumprimento do artigo 5.º da portaria 794/2000, de 20 de Setembro.

De seguida, procedeu-se à verificação dos documentos de prestação de contas consolidadas, a fim de se aprovar os mesmos a enviar ao Tribunal de Contas, correspondentes ao período decorrido do dia 1 de Janeiro a 31 de Dezembro 2006.

Os documentos de prestação de contas consolidadas são o relatório de gestão consolidado, o balanço consolidado, a demonstração de resultados por natureza consolidados, os anexos às demonstrações financeiras consolidados e o mapa de fluxos de caixa consolidado, que é de elaboração facultativa

Estando tudo conforme verificou-se que o mapa de fluxos de caixa consolidado apresenta um total de recebimentos de 78 011 920,58 euros, sendo recebimentos do exercício 66 069 597,32 euros e sendo o total das retenções de fundos alheios 11 942 323,26 euros, e um total de pagamentos de igual importância, também no valor de 78 011 920,58 euros, que inclui o saldo na importância de 7 350 966,03 euros, que transita para a gerência seguinte, ao abrigo do artigo 10.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro.

No balanço consolidado datado de 31 de Dezembro de 2006, o activo totaliza 76 644 217 euros, o passivo ascende a 72 543 565 euros e os fundos próprios a 4 100 652 euros.

O resultado do exercício económico, tal como pode ser observado da demonstração de resultados consolidados, com data de 31 de Dezembro de 2006, foi de 413 577 euros.

Deliberada a aprovação das contas e respectivo relatório de gestão, foi decidido submeter os mesmos à respectiva certificação pela empresa revisora oficial de contas.

Nada mais havendo a tratar, o presidente do conselho administrativo deu por finda a sessão às doze horas, do mesmo dia, da qual se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos quantos nela intervieram.

27 de Abril de 2007. — O Conselho Administrativo: *João Pinto Guerreiro,* reitor — *Pedro Alfonso Ferré da Ponte,* vice-reitor — *Maria Teresa Coelho Pais Vieira Dinis,* vice-reitora — *Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias,* vice-reitora — *Fernando Martins dos Santos,* administrador — *Lívia Cristina Andrade Rodrigues Borges,* directora dos serviços administrativos e financeiros — *Pedro Daniel de Carvalho da Cunha Barros,* aluno. 2611043627

PARTE H

EMARVR — EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E RESÍDUOS DE VILA REAL, E. M.

Relatório n.º 12-AD/2007

Sede: Av. Rainha Santa Isabel, 1, 5000-434 Vila Real.
Capital social: 20 495 695,82 euros.
Pessoa colectiva n.º 506516725.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Real sob o n.º 16/040608.
CAE: 41000.

Relatório e contas de 2006

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 30.º dos estatutos da EMARVR — Empresa Municipal de Água e Resíduos de Vila Real, E. M., a seguir se publica o relatório anual do conselho de administração, o balanço e a demonstração de resultados, relativos à prestação de contas do exercício de 2006, aprovadas por deliberação do conselho de administração no dia 30 de Março de 2007 e por deliberação da Câmara Municipal de Vila Real, em sua reunião de 23 de Maio de 2007.